



**UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA**  
**PRICILA CARDOSO BORBA**

**CONTRIBUIÇÕES DE UMA IES PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA  
REGIÃO DA AMESC NA PERCEPÇÃO DE SEUS EGRESSOS**

Florianópolis  
2020

**PRICILA CARDOSO BORBA**

**CONTRIBUIÇÕES DE UMA IES PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA  
REGIÃO DA AMESC NA PERCEPÇÃO DE SEUS EGRESSOS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração.

Professor: Jacir Leonir Casagrande, Dr.

Florianópolis  
2020

**B72** Borba, Pricila Cardoso, 1983-  
Contribuições de uma IES pública no desenvolvimento social da região da AMESC na percepção de seus egressos / Pricila Cardoso Borba. – 2020.  
91 f. : il. (algumas color.) ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Sul de Santa Catarina, Pós-graduação em Administração.  
Orientação: Prof. Dr. Jacir Leonir Casagrande

1. Desenvolvimento social. 2. Comunidades - Desenvolvimento. 3. Universidades e faculdades públicas. I. Casagrande, Jacir Leonir, 1961-. II. Universidade do Sul de Santa Catarina. III. Título.

CDD (21. ed.) 303.44

**PRICILA CARDOSO BORBA**

**CONTRIBUIÇÕES DE UMA IES PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DA  
REGIÃO DA AMESC NA PERCEPÇÃO DE SEUS EGRESSOS**

Esta Dissertação foi julgada adequada à obtenção do título de Mestra em Administração e aprovada em sua forma final pelo Curso de Mestrado em Administração, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

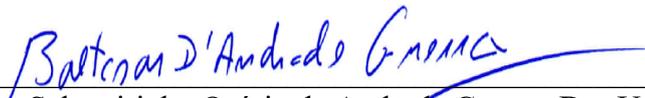
Florianópolis, 30 de Novembro de 2020.



Professor e Orientador Jacir Leonir Casagrande, Dr., Universidade do Sul de Santa Catarina.



Professor Nei Antônio Nunes, Dr., Universidade do Sul de Santa Catarina.



Professor José Baltazar Salgueirinho Osório de Andrade Guerra, Dr., Universidade do Sul de Santa Catarina.



Documento assinado digitalmente  
Sílvio Antônio Ferraz Cário  
Data: 02/02/2021 10:32:01-0300  
CPF: 722.496.708-53

Professor Sílvio Antônio Ferraz Cário, Dr., Universidade Federal de Santa Catarina.

## AGRADECIMENTOS

A *Deus*, pela dádiva da vida e por me permitir realizar tantos sonhos nesta existência. Obrigada por me possibilitar errar, aprender e crescer, por Sua eterna compreensão e amorosidade, pela Sua voz “invisível” que não me permitiu desistir e, principalmente, por ter me dado uma família tão especial. GRATIDÃO!

Ao *Prof. Jacir*, pela orientação, competência, profissionalismo e dedicação tão importantes. Obrigada por acreditar em mim e me ajudar nesta caminhada. Jamais esquecerei seu apoio e incentivo, do início ao fim. Você foi e está sendo um grande mestre, um grande amigo. Estará sempre presente em minhas orações.

Aos membros da banca examinadora, *Prof. Nei, Prof. Sílvio e Prof. Baltazar*, que tão gentilmente aceitaram participar e colaborar com esta dissertação. Também estendo meus agradecimentos a todos os *Professores e Colaboradores* do Programa de Pós-Graduação em Administração – *Stricto Sensu* da Universidade do Sul de Santa Catarina, que contribuíram grandemente com o meu aprimoramento e qualificação profissional. Grandes mestres e amigos que ficarão para sempre em minha memória. Tenho muito orgulho de ter sido aluna de vocês!

Ao meu *esposo, Joni*, e ao meu *filho, Heitor*, meu carinho especial. Vocês foram pessoas fundamentais durante este percurso. Amor, paciência, incentivo e cumplicidade não faltaram e, certamente, sem tudo isso teria sido muito difícil. Depois de muitos anos pude retornar aos estudos, mediante uma vida corrida e de muitas privações. Sem a compreensão de vocês não teria conseguido chegar até aqui. E, como presente desta grande conquista, ganhamos um anjo chamado *Hugo* que trouxe ainda mais felicidade para nossas vidas. Simplesmente, amo vocês!

À minha *mãe, Alda*, ao meu *pai, Nilton*, minha *irmã, Sibeli*, e meu sobrinho, *Pablo Henrique*, deixo um agradecimento especial por todas as lições de amor, amizade, caridade e compreensão que vocês me dão a cada novo dia. Sinto-me orgulhosa e privilegiada por ter uma família tão especial. Obrigada por estarem ao meu lado e sempre prontos a ajudarem.

Aos amigos, pela amizade e colaboração. Todas as energias positivas foram essenciais para meu equilíbrio e para que tudo ocorresse bem.

Por fim, a todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização dessa dissertação, os meus sinceros AGRADECIMENTOS.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Liberdades Instrumentais.....	51
Figura 2 Mapa da Região da Amesc. ....	58
Figura 3 Categorias de Análise. ....	62

## RESUMO

O objetivo do estudo consiste em discutir as contribuições das universidades no desenvolvimento social das regiões em que as mesmas estão inseridas. Para isso, realizou-se uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas (desenvolvimento como liberdade) de Amartya Sen. Evidencia-se uma visão panorâmica da rede conceitual dessa abordagem, com ênfase em questões relevantes para a avaliação de instituições e de políticas públicas educacionais. Atribui-se ênfase aos papéis adotados pelas universidades, tornando-as instituições complexas, capazes de contribuir na formação da condição de agente do indivíduo, como membro do público e como participante de ações econômicas, sociais e políticas. O objeto de estudo analisado fora a Universidade Federal de Santa Catarina, campus Araranguá, e suas contribuições para o desenvolvimento da Região da AMESC. Neste sentido, esta pesquisa buscou identificar as contribuições da instalação da Universidade Federal de Santa Catarina no desenvolvimento da região, segundo a percepção de seus egressos. Tal compreensão pôde revelar elementos importantes para a tomada de decisões, sejam elas políticas, econômicas, culturais e/ou sociais.

Palavras-chave: Desenvolvimento Social. Desenvolvimento Regional. Universidades. Universidades Públicas.

## **ABSTRACT**

The aim of the study is to discuss the contributions of universities to the social development of the regions where they are located. To this end, a conceptual analysis of Amartya Sen approach to human capabilities (development as freedom) was carried out. An overview of the conceptual network of this approach is evidenced, with emphasis on issues relevant to the evaluation of educational institutions and public policies. Emphasis is placed on the roles adopted by universities, making them complex institutions, capable of contributing to the formation of the individual's agent condition, as a member of the public and as a participant in economic, social and political actions. The object of study analyzed was the Federal University of Santa Catarina, campus Araranguá, and its contributions to the development of the AMESC Region. In this sense, this research sought to identify the contributions of the installation of the Federal University of Santa Catarina in the development of the region, according to the perception of its graduates. Such understanding could reveal important elements for decision-making, be they political, economic, cultural and/or social.

Keywords: Social Development. Regional development. Universities. Public Universities.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
2.1	UNIVERSIDADE .....	16
2.2	DESENVOLVIMENTO.....	24
2.2.1	Desenvolvimento Regional.....	36
2.3	DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE .....	38
2.3.1	Liberdades Instrumentais: Categorias de Análises .....	50
<b>3</b>	<b>DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA .....</b>	<b>55</b>
3.1	ESTRATÉGIA DE PESQUISA .....	55
3.2	OBJETO DE ESTUDO .....	57
3.3	COLETA DE DADOS .....	59
3.4	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS.....	60
3.4.1	Categorias de Análise .....	62
<b>4</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>63</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>78</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>83</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A crescente importância do conhecimento como base para o desenvolvimento tem sido traduzida em crescentes expectativas de universidades para contribuírem com o desenvolvimento regional (GODDARD *et al.*, 1994; KEANE; ALLISON, 1999; CHATTERTON; GODDARD, 2000), desencadeando mudanças em seu papel educacional num projeto político que agrega diferentes atores. (CHARLES, 2006).

Tradicionalmente, esse papel valorava apenas os efeitos multiplicadores que a própria universidade e a comunidade acadêmica geravam nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, na animação dos mercados locais de consumo, da habitação e no âmbito dos serviços prestados às pessoas.

Ressalta-se, nesse contexto, as mudanças no sistema educacional atribuídas às novas demandas de acesso ao ensino superior (DELANTY, 2002); mudança de regimes de financiamento e orçamentos destinados à educação objetivando a expansão das universidades (SHATTOCK, 2003); mudanças nos usos de tecnologias em educação e pesquisa (ROBINS; WEBSTER, 2002); uma crescente crise de legitimidade em torno do propósito acadêmico e da identidade da universidade e suas reivindicações de um monopólio de certos tipos de conhecimento e aprendizagem (BARNETT; GRIFFIN, 1997); mudanças no regime de produção de conhecimento (GIBBONS *et al.*, 1994); e uma crescente conscientização das universidades no que tange ao crescimento econômico: como empregador, como fonte de *know-how* tecnológico e como fonte do desenvolvimento do capital humano na promoção de uma força de trabalho flexível e adaptável. (GODDARD; CHATTERTON, 1999).

A problemática atual revela-se, no entanto, num processo de reflexão sobre as novas incumbências das instituições de ensino superior no desenvolvimento de uma região. A literatura existente que conduz a pesquisa é bastante recente e vasta e apresenta, na generalidade dos casos, uma visão compartimentada das potenciais contribuições geradas pelas universidades no desenvolvimento regional.

Como consequência dos novos papéis adotados pelas universidades, elas estão se tornando instituições complexas (ANDRADE, 2002) onde novas formas de governança são necessárias para que se tornem ativamente envolvidas em fomentar o desenvolvimento regional e na formação de indivíduos aptos a competirem na sociedade do conhecimento, respondendo apropriadamente às novas necessidades sociais.

As universidades são vistas como agentes de mudanças promovendo a interação humana e construindo confiança e propósito comum entre diversos atores e interesses. As mesmas “[...] crescem e se desenvolvem não só devido à necessidade de se produzir conhecimento e transmiti-lo às pessoas, mas também visando buscar alternativas de melhoria de vida dos cidadãos e do desenvolvimento da sociedade” (SANTOS, 2010, p.19).

As expectativas crescentes depositadas sobre as universidades apontam interesses e engajamento com relação aos seus propósitos externos, priorizando-se seu compromisso com a comunidade, a sociedade civil e o desenvolvimento da região.

A sociedade espera das universidades mais do que formação profissional. Parece haver uma preocupação com seu papel social, principalmente voltado ao desenvolvimento da região, bem como, às possibilidades geradas aos diferentes grupos pertencentes à sociedade.

A existência de uma boa universidade pública basta, muitas vezes, para transfigurar a vida de uma cidade, de uma região. Por meio do conhecimento que produz e das pessoas que forma, ela irá colaborar ativamente para o progresso material, à melhoria da qualidade de vida e o ambiente cultural. (BOSI, 1998).

A fim de responder melhor às necessidades sociais de uma região, as universidades devem se engajar em um diálogo significativo entre as partes interessadas, tornando-se parte do contexto e contribuindo com sua melhoria. Faz-se necessário salientar que a responsabilidade das instituições de ensino aumenta no momento que as mesmas criam e concentram conhecimentos essenciais para o desenvolvimento local e regional, auxiliando no melhoramento das atividades produtivas.

Nessa concepção, as universidades precisam ultrapassar os “muros da universidade”, ou seja, ir além da construção do conhecimento. Nessas instituições apropria-se o patrimônio do saber humano que deve ser aplicado ao conhecimento e desenvolvimento do país e da sociedade. (HOFF; PEREIRA; DE PAULA; 2017).

A presente pesquisa objetiva tecer reflexões sobre os impactos de uma universidade pública no desenvolvimento social de uma região. Apresenta, por um lado, uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento; e, por outro lado, o contributo da universidade no desenvolvimento da região em que se insere. Como objetivos específicos, destacam-se: Identificar as demandas sociais que levaram uma IES (Instituição de Ensino Superior) Pública a se instalar na região da AMESC (Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense); Compreender as contribuições de uma IES Pública no desenvolvimento social de uma região e, Caracterizar a interferência de uma IES Pública na melhoria dos níveis educacionais da região da AMESC.

O desenvolvimento aqui é tratado como um processo “localizado de troca social sustentada que tem como finalidade última o progresso da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela” (BOISIER, 1996, p. 10). Tal processo envolve, além das transformações sociais, as oportunidades geradas aos indivíduos, com foco na qualidade de vida e nas privações de liberdade que limitam suas escolhas.

Segundo Chiarello (2015), o desenvolvimento relaciona-se à melhoria da vida das pessoas (desenvolvimento humano), de todas as pessoas (desenvolvimento social), das que estão vivas hoje e das que viverão no futuro (desenvolvimento sustentável). A base do desenvolvimento não se referencia somente nas questões econômicas, mas no desenvolvimento humano e social da sociedade, desenvolvimento este que articula a dinamização do crescimento econômico com outros fatores, tais como: o crescimento do capital humano, o crescimento do capital social, a conquista da boa governança, produção da infraestrutura do conhecimento e o uso sustentável do capital natural. (DRUCKER; GOLDSTEIN, 2007).

As universidades, portanto, assumem uma função humanista e transformadora pela capacidade de lidar com a complexidade, e (BENNEWORTH; NIETH, 2017) pelo fato de terem condições de gerar integração para processar as ligações e interdependências que existem entre as várias dimensões do desenvolvimento. Assim, o papel da universidade é determinante no desenvolvimento regional na medida em que as relações estabelecidas entre os agentes (universidades, empresas e sociedade civil) evidenciam o compromisso com as questões locais, formando uma rede de cooperação. (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000).

Goldstein; Glaser (2012) afirmam que em nível internacional, o papel das instituições de ensino superior como agentes no desenvolvimento regional baseado no conhecimento tornou-se amplamente reconhecido em discurso político. Exploram-se diferentes facetas dessa relação, incluindo os impactos “multiplicadores” do emprego, os padrões de migração dos diplomados que entram nos mercados de trabalho regionais, bem como, os efeitos da pesquisa acadêmica sobre os vínculos universidade-empresa.

As universidades revelam o interesse de estarem sintonizadas com as questões locais ao formar uma rede de cooperação que propicie a interação entre os agentes do desenvolvimento, de maneira a adotar um comportamento cooperativo e facilitar as ações coordenadas e baseadas na confiança. Etzkowitz; Leydesdorff (2000) denominaram esse modelo de Tríplice-Hélice, que permite elevar o compromisso das universidades no que tange ao fluxo de conhecimento e a contribuição para a inovação em regiões onde se apresentam políticas inovadoras.

Esses agentes beneficiam-se das externalidades positivas transmitidas por uma universidade (HARRISON; TUROK, 2017). Entre essas, destacam-se a convergência do capital humano e sua influência na formação do capital social, haja vista que o conhecimento é abarcado por pessoas que o aplicam e difundem em suas relações sociais. Evidencia-se, também, seu papel em atrair outras forças propulsoras de investimentos que viabilizem o crescimento econômico e incentivem o desenvolvimento da região, fomentando novas necessidades, empreendimentos e vinculando-se ao setor produtivo. (MORAES, 2000).

As instituições de ensino precisam enfrentar o desafio principal de não apenas estarem na região, mas também pertencerem à região. Isso implica que elas precisam ter um papel empreendedor ativo para realizar a função de interlocutora entre os diferentes agentes regionais, nacionais e até mesmo internacionais, com o intuito de que essa interação possa gerar um processo de aprendizado que acarrete o aumento de habilidades e capacidades para serem utilizadas dentro da região por meio de processos inovadores.

Considerando o exposto e como forma de realizar um levantamento de conteúdos científicos relevantes ao tema, é que se configura a problemática da pesquisa: Como uma instituição pública de ensino superior pode contribuir com o desenvolvimento social de uma região?

O *Campus*, objeto deste estudo, nasceu de uma proposta de expansão universitária, vinculada ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que se configura em um contexto recente no cenário das políticas nacionais, justificando-se, assim, a relevância teórica-empírica desta pesquisa.

No ano de 2009, instalou-se o polo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no município de Araranguá, situado no Extremo Sul Catarinense, com população estimada de 68.867 habitantes (IBGE, 2020). Araranguá pertence ao conjunto de Municípios que constituem a Região da AMESC, juntamente com mais 14 Municípios vizinhos: Sombrio, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Passo de Torres, Morro grande, Turvo, Timbé do Sul, Praia Grande, Meleiro, Maracajá, Jacinto Machado, Ermo, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota e Araranguá, formando a microrregião de Araranguá, com uma população em torno de 204.380 habitantes.

O estudo torna-se pertinente, entre outros motivos, devido ao fato de ser uma região desfavorecida economicamente do Estado de Santa Catarina, onde prevalece o setor primário, concentrando sua maior expressividade, notadamente na rizicultura e no cultivo do fumo, ocupando a primeira posição de produção dentre as microrregiões do Estado. Verifica-se que a AMESC apresenta características predominantemente rurais, com uma economia com forte

dependência econômica da agropecuária, tendo o setor industrial ligação direta com este setor. Com relação aos aspectos sociais, possui baixa densidade demográfica, baixo crescimento demográfico e nível de escolaridade da população abaixo da média apresentado pelo estado. (ESTEVAM; JORGE; SALVARO, 2014).

Parte-se da premissa que o desenvolvimento social está diretamente relacionado com o nível de suporte educacional presente em um território e que as desigualdades regionais estão de acordo com os índices educacionais. Nesse sentido, conforme diz Frantz (2002), a universidade é convocada a ser o palco de discussões sobre a sociedade, não apenas às questões teóricas, abstratas, mas, também, deve ser o espaço onde um pensamento teórico-crítico de ideias, opiniões, posicionamentos é esmiuçado e desenvolvido para num momento posterior haver um encaminhamento de propostas e alternativas para solução dos problemas levantados.

Afirmando esse pensamento, Rolim e Serra (2010, p. 29) concordam que “o papel das instituições de ensino no desenvolvimento de uma região vêm recebendo uma atenção crescente nos últimos anos e está sendo considerado como um elemento chave do processo”. Discute-se, assim, uma nova forma de produzir riquezas: o conhecimento capaz de gerar desenvolvimento social. Desenvolvimento este, que não está atrelado apenas na capacidade que os recursos naturais proporcionam a um determinado território, mas também no seu capital humano, único capaz de produzir soluções inovadoras, pautadas na informação.

Considera-se como constructo de desenvolvimento o pensamento de Amartya Sen que, baseado na expansão das capacidades dos indivíduos, defende o aumento das possibilidades de escolhas dos sujeitos, bem como, a liberdade que cada pessoa tem para determinar o que quer, o que valoriza e o que decide escolher por ela mesma, pelos outros, pela comunidade onde está inserida e pelo Estado. Maior liberdade significa maior oportunidade para buscar os objetivos individuais.

Assim, analisar as contribuições da Universidade Federal de Santa Catarina, *Campus* Araranguá, e quanto isso influencia e influenciou na região e no respectivo desenvolvimento social dessa comunidade, representa uma contribuição para os estudos acadêmicos. Além disso, estudar esse processo, fundamenta-se na premissa de uma política de expansão de ensino superior e na confiança que a sociedade deposita nessas organizações e nas expectativas acerca das oportunidades de acesso à educação de qualidade.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa, caracterizada como um estudo de caso, cujos dados serão coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com egressos da UFSC.

Definiu-se a região da AMESC, observada pelas transformações que têm surgido no que tange a movimentação de recursos, a visibilidade e as migrações crescentes, passíveis de possibilidades de desenvolvimento.

A instalação da Universidade Federal de Santa Catarina, *Campus Araranguá*, representa um papel-chave para o desenvolvimento das cidades do interior do Estado, permitindo a melhoria da imagem da instituição e a maior interação da universidade com a sociedade. Também, o novo *campi* nasce com o propósito de legitimar a política educacional em diferentes regiões, na perspectiva da expansão do ensino superior e do desenvolvimento das regiões das quais a recebem.

A contribuição da pesquisa aos estudos organizacionais, em especial, para a área de Inovação e Sociedade, estaria na compreensão do desenvolvimento social de uma região oriundo das possibilidades geradas pela instalação de uma instituição de ensino superior. O termo desenvolvimento social refere-se à circunstância onde uma sociedade adquire melhores condições de vida, de maneira sustentável. Consideram-se as oportunidades geradas, igualdades e bem-estar social para todos, numa variação qualitativa do modo de vida das pessoas, das instituições e das estruturas produtivas.

Nesse sentido, far-se-á um estudo de caso, que possibilitará identificar as contribuições de uma universidade no desenvolvimento da região da AMESC, segundo a percepção de seus egressos. Tal compreensão pode revelar elementos importantes para a tomada de decisões, sejam elas políticas, econômicas, culturais e/ou sociais.

Evidencia-se também a importância da temática abordada, considerando-se as muitas possibilidades que uma IES pode interferir no contexto social. Segundo Santos (2010, p. 33), “a presença da universidade pública é importante não só pela função social e econômica que exerce, é também fonte de conhecimento, de cultura e de compreensão política. Encontram-se, nela, os pensamentos que são a origem das transformações e os mecanismos necessários para sua execução”.

Vale ressaltar o desejo de que os resultados desta pesquisa expressem a realidade social das contribuições da universidade no desenvolvimento social, ainda que enfocando apenas uma IES da região.

Fornecer um diagnóstico situacional é uma forma de prestação de contas à sociedade, a qual deposita nessas organizações universitárias expectativas das oportunidades de acesso à educação de qualidade e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida.

O estudo em comento apresenta-se da seguinte forma: inicialmente, nesta primeira seção de caráter introdutório, são tecidas considerações acerca do tema de pesquisa.

Posteriormente, configura-se a fundamentação teórica. Na seção 3, discute-se a metodologia aplicada no estudo em termos do enquadramento metodológico da pesquisa e dos procedimentos utilizados. Em seguida, apresenta-se a discussão e resultados da pesquisa, bem como, as considerações finais.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 UNIVERSIDADE

A relação entre a universidade e seu papel no desenvolvimento regional é um debate ainda recente. Num contexto mundial, foi apenas após a crise dos anos de 1970 que as instituições de ensino superior e as instituições de pesquisa entraram como elementos de preocupação das políticas regionais. (GOLDSTEIN; GLASER, 2012).

A rápida expansão das universidades e outras instituições de ensino superior foi seguida pelo surgimento de novos papéis e responsabilidades. A tradição de longa data das universidades, tratadas como locais de reclusão privilegiada e separação das realidades práticas de suas regiões, foi substituído por perspectivas mais propositadas daqueles que esperam um retorno mais direto sobre o seu investimento. (HARRISON; TUROK, 2017).

As universidades têm muito a oferecer, desde conhecimento e formação de capital humano, assumindo também o compromisso da prosperidade, inclusão e desenvolvimento territorial. Suas contribuições para formas mais amplas de investigação social, inovação ambiental e reflexão crítica são também vitais em um momento de desafios e riscos extraordinários para regiões e nações. (HARRISON; TUROK, 2017).

Goldstein; Glaser (2012) pontuam mudanças estruturais e funcionais notáveis nas instituições de ensino superior, estimuladas pela ampliação de suas atribuições. Faz-se necessário um novo modelo de ambiente que fomente o conhecimento e a geração de ideias inovadoras capazes de contribuir ativamente no desenvolvimento da sociedade. De modo geral, este processo tem sido baseado, principalmente, na adição de uma gama de atividades de transferência de conhecimento (não-estritamente) e orientadas ao mercado, conhecidas como “terceira missão” da universidade, às áreas tradicionais de ensino e pesquisa. (KARLSEN, 2005).

Ensino e pesquisa não são os únicos compromissos desempenhados pelas universidades. Karlsen (2005) afirma que as instituições de ensino superior geram efeitos econômicos regionais diretos do investimento de infraestrutura, renda tributária, consumo, investimentos empresariais com efeitos multiplicadores na economia. Além disso, o autor cita os efeitos sociais e culturais específicos da região.

Drucker; Goldstein (2007) discorrem sobre outros fatores decorrentes da instalação das universidades regionais, dentre eles, a formação de mão de obra, apoio à inovação e à

pesquisa, desenvolvimento de parques tecnológicos e elaboração de projetos com impactos no desenvolvimento urbano.

Segundo Arbo e Benneworth (2007, p.15), as universidades como fontes de conhecimento e provedoras de experiências educacionais podem contribuir para o desenvolvimento de uma região mediante quatro maneiras:

a primeira é encontrada nas próprias universidades, práticas de gestão institucional. Várias instituições têm suas próprias políticas de desenvolvimento, declarações e visões, afirmando o objetivo da universidade perante o desenvolvimento da região. Em segundo lugar, as universidades são fontes de especialização e podem recorrer aos seus próprios conhecimentos para o desenvolvimento da região. Terceiro, as universidades têm um papel cultural extremamente importante no fornecimento de experiência educacional para os alunos, aculturando um conjunto de crenças sociais à prática acadêmica. Finalmente, as universidades podem ser vistas como líderes por meio de seu envolvimento com instituições e atividades voltadas para a sustentabilidade local e regional.

As universidades têm o potencial de liderar ou de se envolverem em várias atividades que visam abordar questões de desenvolvimento ou se envolverem em negócios que geram aumento da competitividade local. Keane e Allison (1999) veem a contribuição das universidades para o desenvolvimento regional em benefícios tradicionalmente identificados como: população, crescimento, demanda habitacional, oportunidades de emprego, aumento de gastos e cissões. Há benefícios implícitos principalmente ligados ao surgimento da economia do conhecimento: produção de conhecimento, adição de valor do conhecimento e transferência de conhecimento através de atividades de ensino e aprendizagem e de pesquisa e inovação. Existem benefícios que emergem do desenvolvimento de regiões de aprendizagem que oferecem flexibilidade e respostas regionais inovadoras às economias em rápida mutação que permitem potencialmente às universidades contribuírem para o desenvolvimento local, como também, para posicionarem estrategicamente essa região como um espaço de aprendizagem dentro do conhecimento economia.

Além de seu papel de fonte crítica de conhecimento e atividades de aprendizado, as universidades fornecem uma infraestrutura de suporte essencial para atividades de pesquisa e inovação. Garlick (1998) sugere que esse papel é extremamente importante, especialmente, durante períodos de reestruturação econômica.

Goddard (2005) reconhece que as universidades contribuem para o desenvolvimento como um portal para recursos globais de informação, entre outras contribuições: produção de conhecimento localmente relevante; formação de capital humano;

criação de mão-de-obra adaptável, obtendo liderança dentro de organizações locais formais e informais, governança e estruturas comunitárias.

Os papéis tradicionais das universidades as colocaram em uma situação de destaque. Todavia, sua posição na sociedade tem sofrido transformações (KARLSEN, 2005), na medida em que se requer muito além de capital humano qualificado. As universidades aparecem como agentes importantes do desenvolvimento regional e, por muitos, passou a ser considerado seu novo papel. Em uma definição mais ampla da “terceira missão”, espera-se que as universidades se engajem nos processos de deliberação e tomada de decisões sociais e societárias de sua região. (CHATTERTON; GODDARD, 2000; BREZNITZ; FELDMAN, 2012).

Segundo Gumbowsky (2015, p. 89) é neste momento que se destaca a articulação entre ensino, pesquisa e extensão. Através do ensino, a universidade cumpre o papel de transmissora de conhecimento, mas este conhecimento é produzido por meio da pesquisa e “necessita ser socialmente produzido e possuir sentido para a sociedade onde é produzido e para a qual é destinado”. Assim, a pesquisa precisa estar atenta às problemáticas locais. Além da articulação ensino-pesquisa, este conhecimento necessita extrapolar os espaços da universidade, chegando aos segmentos da sociedade.

Espera-se das universidades o cumprimento da sua missão tradicional (ensino e pesquisa) e, além disso, gerar contribuições econômicas, sociais e culturais para o crescimento regional. O que ainda se faz escasso na literatura, entretanto, é um entendimento preciso das contribuições das instituições de ensino superior para o desenvolvimento regional, às vezes chamado de atividades de terceiro fluxo, isto é, com organizações externas, divulgação, formação de empresas e assim por diante. (ARBO; BENNEWORTH, 2007).

Goddard (2012) e Uyarra (2010) desenvolveram quatro modelos conceituais que aparecem em destaque nas discussões contemporâneas sobre o papel das universidades no desenvolvimento regional e de como as mesmas podem beneficiar suas regiões.

O primeiro modelo apresenta o conceito de universidade empreendedora (CLARK, 1998; ETZKOWITZ, 1983; ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 2000) e argumenta que as instituições de ensino superior estão cada vez mais preocupadas em complementar as suas missões tradicionais (ensino e pesquisa) por um terceiro, ou seja, o desenvolvimento econômico. As universidades são vistas como contribuindo para a prosperidade regional, assumindo um papel ativo na comercialização de seus conhecimentos (GRIMALDI *et al.*, 2011). Tais atividades estão intimamente relacionadas a uma cultura de negócios dentro da academia e a criação ou ampliação de funções de interface, como escritórios de transferência

de tecnologia (GOLDSTEIN; UYARRA, 2010). As IES também podem emergir como “âncoras” para a indústria local, atrair novos talentos, fornecer pesquisas que possam ser traduzidas em produtos e serviços, e mantendo a especialização regional especialmente em indústrias baseadas na ciência. (FELDMAN, 2003).

O segundo modelo traz a abordagem dos sistemas regionais de inovação (RIS) (COOKE, 1992; COOKE; HEIDENREICH; BRACZYK, 2004) considerando como um papel fundamental das universidades os processos de inovação interativa. As universidades são atores-chave da infraestrutura de conhecimento de uma região. De acordo com a noção da RIS, as IES são importantes produtoras de conhecimento que podem desempenhar papéis de ligação no espectro de produção de inovação em nível regional.

Semelhante ao modelo de universidade empreendedora, a abordagem RIS enfatiza o “conhecimento intercâmbio” entre as instituições de ensino superior e o mundo industrial. Em contraste com o modelo de universidade empreendedora, o conceito RIS não se concentra apenas nas atividades de comercialização, mas conta com um conjunto muito mais amplo de mecanismos de transferência de conhecimento. Estes incluem pesquisa contratual, cooperação formal em I & D e formas de transmissão de conhecimentos que não envolvem compensações pelas IES, tais como transbordamentos de conhecimento (por exemplo, através de graduados para o mercado de trabalho local) e contatos informais com as empresas.

A abordagem mais proeminente é a “nova produção de conhecimento” (NPK) (GIBBONS *et al.*, 1994; NOWOTNY *et al.*, 2001). A teoria do NPK discute o papel das universidades em relação às novas formas de produção de conhecimento (referidas como modo 2), que são vistas desafiando cada vez mais as estabelecidas (modo 1). Mais precisamente, tradicional, formas lineares e disciplinares de pesquisa universitária são complementadas pela geração que surge de interações entre diferentes disciplinas e é diretamente aplicável aos atuais desafios sociais. (GIBBONS *et al.*, 1994; NOWOTNY *et al.*, 2001).

Características principais do modo de sustentação 2 é a produção de conhecimento no contexto da aplicação, transdisciplinaridade, heterogeneidade, reflexividade e novos tipos de governança científica e avaliação de qualidade (GIBBONS *et al.*, 1994). A aplicabilidade contextual sugere que as IES são envolvidas em pesquisa colaborativa com outras organizações. Por meio destes processos elas devem produzir conhecimento relevante, conectado ao seu ambiente. Em vez de estarem distantes da sociedade, as IES são retratadas como contribuindo para a solução de problemas sociais (NOWOTNY *et al.*, 2001). Mudanças no financiamento de universidades e pesquisas foram identificadas como um fator-chave para o enquadramento da universidade no modo 2. (NOWOTNY *et al.*, 2001).

As expressões regionais das atividades do modo 2 podem assumir várias formas, refletindo participação das IES no desenvolvimento regional e respostas às demandas sociais e econômicas. O engajamento universitário também pode envolver projetos de pesquisa na solução de problemas locais, como planejamento urbano, transporte ou saúde.

O quarto modelo é chamado de “universidade engajada”. É um conceito para entender a adaptação das funções universitárias às necessidades regionais (BOYER, 1996; UYARRA, 2010). Universidades engajadas demonstram desenvolvimento local em oposição ao papel gerador de conhecimento (GUNASEKARA, 2006). A universidade engajada é percebida como focalizando suas atividades para a indústria e sociedade, moldando ativamente a identidade regional (BREZNITZ; FELDMAN, 2012). O envolvimento universitário pode assumir várias formas: universidades podem ajustar suas atividades de ensino às necessidades regionais por meio do fornecimento de programas focados regionalmente, recrutamento e retenção de diplomados. O engajamento também é expresso em atividades como integração formal das necessidades regionais e assessoria política (GUNASEKARA, 2006). Além disso, as universidades engajadas podem se envolver diretamente com empresas locais, prestando assistência e apoio à pesquisa.

Hoff; Pereira; de Paula (2017, p. 514) definem os impactos diretos e indiretos esperados de uma universidade no desenvolvimento regional:

- 1) Influencia a Demanda Agregada: Amplia ou cria demanda por meio de: investimentos, despesas de custeio, obras e equipamentos, mão de obra, habitação, transporte, lazer, serviços públicos, serviços de conveniência (fotocópias, livrarias, papelarias, lanchonetes).
- (2) Influencia o Ambiente Cultural: Forma cidadãos; Dissemina novas ideias; Sensibiliza para ideias complexas, sistêmicas, associativas e cooperativas; Sensibiliza para ideias vinculadas ao desenvolvimento; Propicia contato com atividades culturais diversas.
- (3) Influencia o Ambiente Empresarial: Gera fontes de modificação da cultura organizacional vigente; Inclusão de P&D nas organizações; Qualificação dos recursos humanos; Aumento da produtividade dos fatores de Produção; Formação de lideranças com visão estratégica e sistêmica sobre os recursos e condicionantes econômicos regionais; Surgimento de novos empreendimentos; Surgimento de ambiente de inovação; Disponibilização de suporte científico e tecnológico.
- (4) Gera Empregos e Renda: Cria postos de trabalho diretos; Cria postos de trabalho indiretos (contratação de terceiros e ampliação da demanda agregada); Distribui bolsas de estudo diretas; Viabiliza bolsas de estudo indiretas.
- (5) Dinamiza as Economias Regionais: Gera capacidade de lidar com complexidade, incentivando o desenvolvimento de processos sistêmicos; Colabora na potencialização de recursos locais; Colabora na melhor alocação das atividades produtivas no território; Colabora na qualificação das políticas públicas; Colabora no acesso a recursos externos à região; Propicia desenvolvimento e transferência de capital intelectual.
- (6) Modifica a Infraestrutura Local: A ampliação de demanda pressiona a modificação da estrutura em Educação; Habitação; Transporte; Lazer; Comércio; Serviços públicos; Serviços de manutenção; Serviços de conveniência.

As IESs precisam enfrentar o desafio principal de não apenas estar na região, mas também pertencer à região. Isso implica que elas precisam ter um papel empreendedor ativo para realizar a função de interlocutora entre os diferentes agentes regionais, nacionais e até mesmo internacionais, com o intuito de que essa interação possa gerar um processo de aprendizado que acarrete o aumento de habilidades para serem utilizadas dentro da região por meio de processos inovadores.

No entanto, é inegável que tem havido um crescente interesse e uma forte pressão política ressaltando a capacidade de gestão da ideia de uma missão regional das universidades. Argumenta-se que o gerenciamento de uma interface estratégica entre universidades, governo e empresas pode beneficiar suas regiões e as partes interessadas. Percebendo a contribuição potencial que as instituições de ensino superior podem e desempenham no desenvolvimento de suas regiões, torna-se estratégia do poder público o incentivo e o financiamento de um projeto educacional.

A existência de uma instituição pública de ensino superior em determinado local contribui para que haja condições importantes para o desenvolvimento econômico e social, sendo essa situação impulsionada pelo tipo de relação existente entre a universidade e a comunidade. Nos últimos anos observaram-se mudanças consideráveis no tocante a expansão de instituições universitárias federais por regiões interioranas do Brasil, fenômeno que teve como marco o ano de 2001 quando fora aprovado o Plano Nacional de Educação (PNE), priorizando políticas que promovessem a renovação e o desenvolvimento do país (BRASIL, 2001), pautadas em princípios de democratização e inclusão.

O Plano Nacional de Educação – PNE destaca essa percepção quando afirma que “no mundo contemporâneo, as rápidas transformações destinam às universidades o desafio de reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional. (HOFF; PEREIRA; DE PAULA; 2017, p. 511).

A Política Nacional de Expansão do Ensino Superior concretiza-se no ano de 2003. Todavia, foi no ano de 2007 que a mesma se intensificou com o Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), tendo por objetivo criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais. (BRASIL, 2007).

O Ministério da Educação destinará ao Programa recursos financeiros, que serão reservados a cada universidade federal, na medida da elaboração e apresentação dos respectivos planos de reestruturação, a fim de suportar as despesas decorrentes das iniciativas propostas, especialmente no que respeita a:

I - construção e readequação de infraestrutura e equipamentos necessárias à realização dos objetivos do Programa;

II - compra de bens e serviços necessários ao funcionamento dos novos regimes acadêmicos; e

III - despesas de custeio e pessoal associadas à expansão das atividades decorrentes do plano de reestruturação. (BRASIL, 2007, p. 1).

O Programa possibilitou a interiorização das instituições federais, tendo como preferência as mesorregiões que não eram atendidas pelo ensino federal. Criaram-se, de 2003 a 2012, quatorze universidades federais e mais de cem *Campi*/unidades.

A Universidade Federal de Santa Catarina é tida como a principal instituição de ensino superior da Região da AMESC, no atual contexto, um importante papel para o desenvolvimento social regional. O *Campi* de Araranguá está entre os três implantados no Estado de Santa Catarina, juntamente com os *Campi* das cidades de Joinville e Curitibanos, refletindo a perspectiva de legitimar a política educacional, bem como, gerar possibilidades de desenvolvimento para essas regiões.

As universidades públicas foram criadas para atender às necessidades do país e estão associadas ao desenvolvimento econômico, social, cultural e político, por meio da formação tecnológica, científica e profissional. Por conta disso, buscou-se refletir sobre as contribuições da Universidade Federal de Santa Catarina para o desenvolvimento social da Região da AMESC, evidenciando-se, segundo a visão dos sujeitos envolvidos, o que a mesma representa enquanto propulsora do desenvolvimento regional.

A presença da universidade pública contribui, de maneira singular, para a transformação do espaço geográfico da área de sua influência, caracterizando um mecanismo de mudança socioambiental e econômica. A mesma acaba se modificando, acrescentando em sua tríade de atividades o termo “promoção social” (HOFF; PEREIRA; DE PAULA, 2017). Para os autores, isso ressalta o papel das universidades no desenvolvimento regional, considerando-o como importante para o crescimento econômico/social local ou regional.

Santos (2010, p. 27) salienta que a presença de uma universidade pública vem sendo observada “pelas transformações que têm surgido principalmente em localidades do interior, em que a movimentação de recurso, a visibilidade e as migrações geram crescentes possibilidades de desenvolvimento”. Apesar de se discutir sobre seu desempenho, levando-se

em conta essa questão, é importante destacar sua força nas intervenções dos problemas de caráter social, desde que a mesma já se constitui como facilitadora do desenvolvimento social e econômico da região.

A universidade pública sempre fora considerada uma instituição social, fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições (CHAUI, 2003). A incorporação da presença dessas instituições públicas em espaços regionais pode representar um diferencial no contexto local. Segundo Cartibani (2004, p.8),

[...] a instalação de uma instituição universitária em um determinado lugar ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno nas funções que exerce, assumindo importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento, articulados com a utilização dos espaços regionais.

As atividades inerentes às universidades oferecem à sociedade recursos importantes para o processo de desenvolvimento. As mesmas devem ter a população como principal beneficiária. O acesso à informação (ao conhecimento) é importante no processo de desenvolvimento, representando, acima de tudo, o poder, a independência e a autonomia.

Neste contexto, (BRAMWELL; WOLFE, 2008) a aprendizagem refere-se principalmente à construção de novas competências e à aquisição de novas habilidades, em vez de simplesmente acessar informações e conhecimentos. As instituições de ensino superior podem desempenhar um papel fundamental no desenvolvimento das necessidades de habilidades da região na qual elas estão localizadas. Assim, o conhecimento que é transmitido para estudantes e graduados e, é posteriormente absorvido pela economia regional, é um dos mais eficazes meios de transferência de conhecimento e tem um maior potencial de transformação das economias regionais. (OCDE, 2007).

A literatura aponta que as instituições de ensino superior podem responder ao desenvolvimento do capital humano de várias maneiras (CHARLES, 2006; GUNASEKARA, 2004; OECD, 2007). Elas podem ampliar o acesso ao ensino superior, especialmente de áreas remotas, além de atraírem talentos para a região e ajudar a retê-los e desenvolvê-los. Outra maneira pela qual as instituições de ensino superior podem ajudar a melhorar a base de habilidades de suas regiões é o mapeamento de estratégias para retenção de graduados e empregabilidade dos mesmos nessas regiões (CHATTERTON; GODDARD, 2000; GUNASEKARA, 2004). Elas podem estruturar o processo de aprendizado baseando-se nas

características específicas de uma região, melhorando assim as possibilidades do mercado de trabalho regional, permitindo que as regiões sejam mais competitivas. (OECD, 2007).

Chatterton e Goddard (2000) indicam que uma série de tendências estão convergindo diante das novas missões e incumbências das universidades no desenvolvimento regional. O fato é que em muitos casos, a instalação de universidades em cidades pequenas e médias acaba representando uma retomada do desenvolvimento e crescimento social, político e econômico dos municípios.

Tratando-se do desenvolvimento social, as universidades possibilitam maior liberdade aos indivíduos pertencentes a ela. As mesmas fornecem meios de proporcionar escolhas, de buscar novos objetivos e terem melhores oportunidades. Diante dessa perspectiva, aponta-se a relevância da educação como forma de igualar ou equiparar as disparidades sociais, bem como, possibilidades aos sujeitos de terem meios de vida para alcançarem as oportunidades reais de vida. (SEN, 2011).

## 2.2 DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento é um fenômeno de natureza social (CONTERATO; FILLIPI, 2009) marcado pela controvérsia quanto às suas formas de concepção e de aferimento. Isso se deve basicamente ao fato de que o desenvolvimento só existe como tal na medida em que passa a ser percebido como uma situação que promove mudanças em determinada coletividade humana. Tais mudanças são oriundas das ações individuais e coletivas que podem produzir impactos positivos em seus meios de vida. Todavia, nem sempre as ações promovem a melhoria da qualidade de vida de todos.

Para a discussão do conceito de desenvolvimento, parte-se das principais ideias contidas no livro Sociologia do Desenvolvimento, de Pedro Calderan Beltrão:

- a) o Desenvolvimento representa um tipo particular de mudança social, temática que embora tenha sido articulada por diferentes perspectivas, predominou o funcionalismo estrutural de Durkheim, que enfatiza o modelo de diferenciação social como dinâmica de mudança e coesão social;
- b) Desenvolvimento e modernização referem-se a um tipo particular de mudança social. Fez-se necessário uma delimitação dos pontos de início e fim desse processo. Nesse sentido, uma série de dicotomias, geralmente resumidas pela oposição tradicional/moderno, emergira no debate;

c) A caracterização da mudança social a partir do tradicional/moderno traz à tona a ideia de evolução, sendo esta racionalidade evolutiva que se destaca no pensamento sociológico do século XIX, fazendo da noção da evolução social uma das principais teorias para se estudar o processo de mudança nas sociedades;

d) Por fim, o desenvolvimento constitui-se como uma noção que trata das mudanças sociais com base na ideia de evolução de uma sociedade primitiva para a sociedade moderna. Apesar das críticas e propostas alternativas, esse é o modelo de pensamento sobre desenvolvimento que se tornou o discurso dominante no século XX. Por conseguinte, surgiu um conjunto de novas práticas para lidar com as nações “ditas atrasadas” e, nesse contexto, a busca pelo desenvolvimento tornou-se auto evidente no imaginário social e político dos países centrais, uma necessidade, praticamente uma “verdade universal”.

O termo “desenvolvimento” não tem uma compreensão unívoca. A cada momento histórico, diferentes sentidos foram dados ao conceito, representando a existência de correntes de pensamento e de autores que reinterpretaram o conceito segundo seus próprios princípios. Silva; Nelson; Silva (2017) discorrem que as variações se referem às mudanças em diversos conceitos chave da economia e da sociologia, como sociedade civil, capital social, solidariedade etc., bem como nos atores envolvidos e práticas ligadas ao desenvolvimento.

Autores como Robert Nisbet (1969) e John Bury (1955), dois dos principais estudiosos que trabalham a construção histórica e sociológica da noção de desenvolvimento da sociedade humana, buscam na história antiga as bases constitutivas do pensamento desenvolvimentista, ressaltando a importância dos gregos e da sociedade cristã para a construção da ideia de progresso das civilizações. No entanto, é reconhecido pelos autores que a ideia de progresso aparece de maneira mais substancial nos séculos XVII e XVIII, no contexto iluminista, tornando-se base fundamental do pensamento moderno e uma das principais bases de sustentação da noção de desenvolvimento. (BELTRÃO, 1972, p.14).

A Historiografia argumenta que o pensamento econômico se formou gradativamente, fruto da acumulação de experiências vividas, até ser, finalmente, com a formação da economia capitalista, entendido como uma Ciência. De modo geral, a preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes na Ciência Econômica. De maneira preliminar, os trabalhos de Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo e Karl Marx apresentam o desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista. Todavia, é na década de 1940 que o desenvolvimento recebe o status de objeto de pesquisa científica com o surgimento da Economia do Desenvolvimento. Com ela, é construído todo um arcabouço teórico e metodológico para descrever e promover o desenvolvimento como algo

próximo a uma sociedade industrial, urbana e detentora de riqueza, por meio de acúmulo de capital. (SANTOS *et al.*, 2012).

Historicamente, contribuíram para a discussão sobre desenvolvimento diversos acontecimentos e fatores, tais como:

a descolonização e a independência, estimulando projetos de desenvolvimento nacional; as diferenças entre as economias nacionais, a disparidade social dos povos, as diferenças regionais, que fizeram surgir interpretações, explicações, teorias e práticas políticas, e a concentração da renda e da riqueza nos países industrializados. O conceito de desenvolvimento nasceu atrelado à problemática da distribuição de bens e riquezas entre as nações, do acesso diferenciado à renda das pessoas e a discussão sobre desenvolvimento tem origem nas crises econômicas, provocadas pela aceleração e desaceleração do crescimento econômico; especialmente a grande depressão de 1930 e a crise atual fizeram brotar a discussão sobre o papel do Estado no crescimento econômico, por meio de investimentos públicos, políticas anticíclicas e controle das crises sociais. (FRANTZ, 2010, p. 20).

Apesar disso, é possível falar numa maior emergência do discurso desenvolvimentista no pós Segunda Guerra diante da nova dinâmica de relação entre ricos e pobres na política mundial.

A noção de “desenvolvimento” como sinônimo de crescimento econômico, progresso, industrialização e uso intensivo de tecnologia foi, durante muito tempo, concebida como o único caminho para a garantia da qualidade de vida e de um desejável e ilimitado aperfeiçoamento da sociedade. Essa ideia é concebida na modernidade a partir da teoria do Liberalismo Clássico, de Adam Smith, sendo enfocada na categoria do acúmulo de excedente de capital que se aprofundou no século XIX pelas teorias de David Ricardo e Karl Marx. (SILVA; NELSON; SILVA, 2017).

Partindo do pensamento da teoria de Smith (1996), que defendia que o desenvolvimento de um determinado país só seria possível quando os agentes econômicos fossem capazes de satisfazer seus interesses individuais de forma espontânea, David Ricardo (1996) reitera a importância do acúmulo de riqueza, focando na não interferência do Estado no mercado, sob pena de geração de desequilíbrios e diminuição de acúmulo de excedente de capital e, conseqüente, empobrecimento dos ricos e dos pobres. (SILVA; NELSON; SILVA, 2017).

David Ricardo aprofunda essa discussão quando se propõe analisar o fenômeno da distribuição da riqueza entre as classes, nas quais a sociedade se acha dividida. Para ele, a distribuição da riqueza deve se dar entre salários, lucros e renda fundiária. Entretanto, defende a tese que a riqueza de uma nação depende dos lucros e da renda da terra, pois os salários são

apenas despesas. O argumento justificaria a tese de que uma parcela maior da riqueza gerada deveria estar em posse dos detentores de capital. Neste sentido, o desenvolvimento ricardiano decorre do montante de investimento que o capitalista aplica na unidade produtiva. Daí o problema conflituoso, gerado pela relação entre taxa de lucro e taxa de salário. (SANTOS *et al.*, 2012).

Não se pode falar da construção de um conceito de desenvolvimento sem incluir no debate os contributos de Karl Marx. Para tanto, é importante entender que o conceito de “mais-valia” ocupa um lugar central na teoria do desenvolvimento econômico de Marx. Para ele, a acumulação de capital por parte do capitalista só se dá por intermédio da “mais-valia”. Esta emerge das relações sociais de produção estabelecidas entre o capital e o trabalho. Para Marx, o surgimento de uma economia moderna ou industrial é precedido de um período denominado de “acumulação primitiva de capital”, que possibilita algumas nações acumular certo volume de capital e, conseqüentemente, financiar os investimentos necessários para o desenvolvimento econômico. (SANTOS *et al.*, 2012).

Nesta perspectiva, pode-se então considerar que o contexto histórico do mercantilismo funcionou como um período de acumulação de capital, destinado ao financiamento da etapa de industrialização dos países centrais. A partir desse momento, é estabelecida uma relação entre centro e periferia, em que o centro, na condição de país desenvolvido dominante, explora o país não desenvolvido e periférico. As causas mais profundas do subdesenvolvimento são para Marx o imperialismo e o desvio do excedente, e a única forma de escapar dessa dominação seria através de uma revolução socialista. (SANTOS *et al.*, 2012).

Percebe-se que o conceito de desenvolvimento concebido no campo da economia centra-se na ideia da acumulação de riqueza e na expectativa que o futuro guarda em si a promessa de um maior bem estar (FURTADO, 1998). O desenvolvimento é visto como a força motriz capaz de conduzir uma sociedade atrasada à uma sociedade avançada. Desenvolver é sinônimo de acumular para depois distribuir. Essa visão de desenvolvimento torna-se ainda mais propagada com o surgimento da abordagem neoclássica da economia. Para os teóricos dessa corrente, o desenvolvimento se irradia concentricamente ao longo do tempo pelo espaço, trazendo a todos em algum momento o mesmo nível de progresso material, social e cultural dos países pioneiros capitalistas. Contudo, verificou-se que no decorrer da história isso não se concretizou. Muito pelo contrário, ampliou-se a distância entre países ricos e países pobres. Crescer é preciso, distribuir nem tanto. (SANTOS *et al.*, 2012).

Já no século XX são eventos importantes a Revolução Russa, de 1917, e a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Em decorrência deste último, Simon Kuznets, na década de 30, realiza a construção de um indexador para renda nacional, que viria a se tornar o Produto Interno Bruto (PIB), cujas limitações para mensuração de bem-estar e fatores não econômicos foram enfatizadas pelo próprio autor. (SILVA; NELSON; SILVA, 2017).

Nesse cenário, tinha-se como certo que a expansão dos processos de industrialização e o avanço da ciência possibilitariam que todos os países do mundo atingissem o mesmo grau de “desenvolvimento” conseguido no início do século XX por alguns países, como Estados Unidos, Inglaterra, Reino Unido, França, Itália, Alemanha, Japão, Canadá, entre outros. Esse modelo de desenvolvimento evidenciava-se num elevado padrão de consumo, na acumulação de bens e em altas taxas de crescimento econômico, tendo o PIB dos países como referência. (SANTOS *et al.*, 2012).

O contexto de Guerra Fria foi sem dúvida um dos fatores mais importantes para que a estratégia do desenvolvimento ganhasse maior ímpeto no cenário político mundial. A rivalidade entre o mundo ocidental e a ameaça comunista permitiu que a política do desenvolvimento se consolidasse de maneira mais efetiva, inicialmente como um plano de reconstrução da Europa e, posteriormente, na direção do “Terceiro Mundo”. É nesse contexto que o desenvolvimento aparece como o discurso capaz de modernizar as sociedades, uma força capaz de destruir os modelos tradicionais de organização. (FRANTZ, 2010).

Desse modo, o discurso do desenvolvimento inspirou uma série de práticas e intervenções em prol da modernização das sociedades. A institucionalização deste discurso ocorreu em diversos níveis da estrutura política mundial, passando pelas organizações internacionais, agências nacionais, ONG's e grupos de voluntariados. (FURTADO, 2009).

Desenvolvimento, portanto, trouxe uma nova maneira da sociedade entender os processos de mudança social. Como argumenta Escobar (1995), ao invés de entender as mudanças sociais como um processo que está relacionado à história e cultura de cada sociedade e região, o discurso do desenvolvimento que se consolidou de maneira predominante no pensamento político ocidental acredita na capacidade de promover estratégias para transformar as sociedades em modelos pré-existentes, definidos a priori, alheio as especificidades locais. É devido a esse ponto que existe uma ampla crítica ao discurso desenvolvimentista e a atuação das organizações internacionais. Muitos argumentam que a atuação dessas entidades internacionais e das estratégias de governança, de maneira geral, podem ser entendidas como uma estratégia *top-down* e etnocêntrica, que se vincula a reprodução do modelo de organização social ocidental no resto do mundo.

A projeção de desenvolvimento de forma unidimensional, como crescimento econômico por acúmulo de capital, começa a ser questionada mais veementemente a partir de 1940, recebendo contribuição de Schumpeter (1961), o qual lança dúvidas com relação ao desenvolvimento sob o aspecto unidimensional de acúmulo de capital, ao defender que o processo social é um todo indivisível, em que o estado econômico de um povo não emerge simplesmente das condições econômicas precedentes, mas de toda a totalidade de aspectos vivenciados pela sociedade. Para este autor, o desenvolvimento econômico não se explica pelo econômico, mas pelas mudanças do mundo a sua volta.

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no ato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há *nenhum* desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo à sua volta, e que as causas e portanto a explicação do desenvolvimento devem ser procuradas fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica. (SCHUMPETER, 1997, p.74).

Ainda assim, autores como Furtado (1983) afirmam que crescimento e desenvolvimento ocorrem sempre conjuntamente no mundo real. Logo, o conceito histórico de desenvolvimento não seria diferente do conceito de crescimento, uma vez que as mudanças estruturais usualmente acompanham o processo de crescimento, como afirma Bresser-Pereira (2006). Meier (1970) e Lucas (1988), por exemplo, recomendam que a definição de desenvolvimento econômico seja limitada ao crescimento da renda *per capita*, certamente uma das definições mais consagradas. Por outro lado, autores como Raj (1998) chamam a atenção para a multidimensionalidade do conceito de desenvolvimento, que deve incluir, por exemplo, melhoras nos indicadores sociais.

A discussão em torno dos tipos de desenvolvimento não se constituía um problema central nas análises dos cientistas sociais, ou mesmo dos governos e partidos ou agrupamentos políticos. O grande debate dava-se em torno das nações desenvolvidas e não desenvolvidas, e de quais estratégias poderiam ser utilizadas para promover o desenvolvimento. Assim, os países passaram a ser classificados em desenvolvidos, subdesenvolvidos ou países em desenvolvimento, levando-se em consideração apenas métricas econômicas.

As derivações dessa noção de desenvolvimento (central ou periférico, primeiro mundo ou terceiro mundo, avançado ou atrasado) buscavam estabelecer uma hierarquia entre

os países. Essa hierarquização reforçava a crença de que o futuro seria melhor do que o presente e do que o passado. Isso se daria por intermédio de uma série de melhoramentos e inovações realizadas pelo homem. Essas ideias eram funcionais à crença de que há um ponto desejável de desenvolvimento que pode ser alcançado por qualquer nação (RIBEIRO, 1992). Desse modo, o termo desenvolvimento, sob hegemonia do pensamento economicista, assume rapidamente a conotação de um estado positivo e desejável. (SILVA; NELSON; SILVA, 2017).

A visão do desenvolvimento como um processo evolutivo, alicerçada na ideia de progresso, o qual parte de um estágio inferior para um superior, é reforçada por Rostow (1961), cujas principais ideias afirmam que o curso dos eventos históricos se constitui de uma série linear, em que cada termo da série é necessário no sentido de não poder ser diferente. Para o teórico, desenvolvimento é o crescimento econômico alcançado em estágios sucessivos. À medida que os países vencem fases e etapas, aproximam-se do desenvolvimento. Aos teóricos críticos incomoda-os a linearidade e o determinismo inerente à explicação.

As modernas teorias de desenvolvimento econômico do pós-guerra têm como um marco inicial bastante significativo a contribuição de Rosenstein-Rodan (1943). Destacaram-se nesta área outros economistas como Hirschman, Lewis, Nurkse, Myrdal, entre outros. Todos eles defendiam políticas de aceleração do crescimento com alguma intervenção governamental. Hirschman (1981) aponta duas preocupações como comuns entre os principais economistas do desenvolvimento: o subemprego rural e a industrialização tardia. Assim, como destaca o próprio Sen (2010), enquanto a primeira preocupação levou à ênfase na acumulação de capital e no melhor uso da mão de obra subutilizada, a segunda levou a um ativismo estatal por meio da industrialização e planejamento para deliberadamente superar o subdesenvolvimento.

A crise do petróleo e a conseqüente desaceleração do crescimento em muitos países subdesenvolvidos, muitos dos quais entraram nos anos 1980 amargando pesadas dívidas, recessão e desestabilização inflacionária, levou as teorias de desenvolvimento econômico a um certo descrédito, embora essas teorias já estivessem em declínio desde os anos 1960 (VEIGA, 2005). O retorno do prestígio dos modelos neoclássicos mais pró-mercado, inclusive na área de desenvolvimento econômico, apenas refletiu a sensação de insucesso que se abateu sobre a comunidade acadêmica em relação às teorias de desenvolvimento (HIRSCHMAN, 1981; SEN, 2010; KRUGMAN, 1995). As teorias de desenvolvimento passaram (ou ainda passam) por um momento de crise e reflexão em que o próprio conceito de desenvolvimento econômico foi questionado mais fortemente.

Emerge-se, assim, a percepção de que o desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, em decorrência das conseqüentes contradições das ideias desenvolvimentistas e seu resultado na prática. Segundo Veiga (2005, p. 19),

até a década de 60, não existia a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico, pois, coincidentemente ou não, as poucas nações desenvolvidas eram as que se haviam tornado ricas pela industrialização. De outro lado, os países que haviam permanecido subdesenvolvidos eram os pobres, nos quais o processo de industrialização era incipiente ou nem havia começado.

Tal fato levava à crença de que havia uma relação direta entre industrialização e crescimento econômico, e, por conseguinte, desenvolvimento. Foram surgindo, no entanto, evidências de que o intenso crescimento econômico ocorrido na década de 50 em diversos países semi-industrializados (entre os quais, o Brasil) não se traduziu necessariamente em maior acesso à saúde e à educação e uma melhoria da qualidade de vida em geral. Foi assim que surgiu um intenso debate internacional sobre o sentido atribuído ao vocábulo desenvolvimento (VEIGA, 2005). Outros fatores como o aumento da degradação ambiental, o desgaste das fontes não renováveis de energia – como o petróleo –, e a elevada concentração de renda, foram acrescentados ao debate.

[...] A noção de sistêmico, de um campo de tensões que supera o viés econômico, de vertente social, cultural e humana, de instrumento de possibilidade de superação das distorções geradas pelo modo de produção industrial e tecnológico e de preservação da condição humana e sobrevivência da espécie se traduz indissociáveis, aderentes. Tais significados impõem novas metodologias de análise e se propõem investigações não só em contrapartidas econômicas, mas, sobretudo em relação à qualidade de vida da população e de sua inserção no meio social. (PIMENTA, 2014, p. 50).

Esses limites possibilitaram questionamentos do conceito de desenvolvimento, em face dos resultados negativos que produziu e diante da impossibilidade de todos os países, regiões, localidades alcançarem o mesmo padrão de desenvolvimento. Mediante a avaliação deste contexto é que Celso Furtado (2009) apontava a ideia de crescimento como uma forma de legitimar a destruição de culturas e para justificar a dependência ao sistema produtivo.

Não se descarta sua importância e referência para se pensar estágios e avanços socioculturais, socioeconômicos, socioambientais e sociopolíticos aos países, regiões e localidades, mas o conceito de desenvolvimento, categoria socialmente inventada, deve ganhar outras perspectivas e contornos que ultrapassem o viés de crescimento, do econômico, da

competição, da concorrência, do meritocrático, da estatística, da gestão por competência e mensurações. (PIMENTA, 2014).

Dentro desse quadro, o debate em favor de um desenvolvimento mais inclusivo ganhou espaço. A centralidade do esforço de desenvolvimento passa a ter foco em dimensões sociais, rompendo com os critérios de mensuração baseados em índices e variáveis econômicas e permitindo a inserção de ações coletivas, participativas e populares como instrumento de planejamento, valorizando e respeitando os elementos sociais, históricos e culturais que predominam os sentidos da região em desenvolvimento. (PIMENTA, 2014).

Uma das principais e precursoras críticas ao desenvolvimento dominante foi a Escola da Teoria da Dependência, que surgiu na segunda metade da década de 1960 na América Latina, e que se estendeu, entretanto, a várias outras regiões do Sul global. Apesar das variantes ideológicas e metodológicas internas, refutava essencialmente a tese de que o “subdesenvolvimento” significa a ausência de desenvolvimento, conforme preconizavam as teorias da modernização. As suas propostas analíticas e políticas reivindicavam a libertação do jugo imperialista do capitalismo e o direito a um desenvolvimento definido autonomamente. Apesar das óbvias críticas ao capitalismo, esta escola não deixa de ser economicista na sua análise, em parte devido à forte influência do pensamento marxista entre os seus teorizadores. (PIMENTA, 2014).

Segundo Furtado (2009), o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização. Já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Não é condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população apenas dispor de recursos para investir. O crescimento se transforma em desenvolvimento apenas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida da população. Essa transformação não se dá espontaneamente, ela é fruto da realização de um projeto ou expressão de uma vontade política. “As estruturas dos países que lideram o processo de desenvolvimento econômico e social não resultaram de uma evolução automática, inercial, mas de opção política orientada para formar uma sociedade apta a assumir um papel dinâmico nesse processo.” (FURTADO, 2004, p. 483).

Furtado (1974, p.75) também responde à questão feita no estudo *The Limits to Growth*, de Meadows - sobre qual seria o impacto global se as atuais formas de vida dos povos ricos chegassem efetivamente a universalizar-se por todo o planeta - de forma clara: “se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem (ou, alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso”. Furtado finaliza com a

conclusão de que a hipótese de generalização global das formas de consumo que prevalecem nos países desenvolvidos, não tem sustentabilidade dentro das possibilidades evolutivas do sistema capitalista.

O interesse principal do modelo que leva a essa ruptura cataclísmica está em que ele proporciona uma demonstração cabal de que o estilo de vida criado pelo capitalismo industrial sempre será o privilégio de uma minoria. O custo, em termos de depredação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco as possibilidades de sobrevivência da espécie humana. Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos – é simplesmente irrealizável. Sabe-se agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão *desenvolvidas*, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (FURTADO, 1974, p.75).

Verificou-se, assim, que a Economia do Desenvolvimento não conseguiu explicar na totalidade as contradições do mundo capitalista. Hirschman (1981) descreve que as causas para desprestígio da disciplina na década de oitenta estavam na conjunção de distintas ideologias e nas circunstâncias, sob as quais a própria se encontrava, que sobrecarregou os países subdesenvolvidos de esperanças e ambições irrealistas. O fato de ter havido crescimento econômico nos países do “Primeiro Mundo” não significa que houve a distribuição dos seus frutos.

Após décadas de predomínio do padrão desenvolvimentista abriu-se uma janela histórica para que fossem formuladas teorias inovadoras. O reconhecimento de novos problemas globais, muitos dos quais decorrentes do modelo de industrialização implantado, passou a exigir novas respostas. Questões relacionadas às mudanças demográficas, ao colapso urbano, à preservação ambiental, à participação social e ao fortalecimento das instituições democráticas impulsionaram teorias alternativas. Ao mesmo tempo, os tradicionais indicadores econômicos (Produto Interno Bruto, Renda *per Capita*) começaram a ceder espaço a novas métricas, cuja equação incorporava aspectos relacionados à expectativa de vida, à sustentabilidade, à saúde e à educação.

Dessa crítica, destacam-se duas propostas de modelo de desenvolvimento: o eco desenvolvimento e o desenvolvimento sustentável. O primeiro foi delineado pelos movimentos preservacionistas da natureza que defendem o congelamento do crescimento da população, do capital industrial e das formas de consumo, com a finalidade de alcançar a estabilidade econômica e ecológica das nações, liderado pelo Clube de Roma. Essa proposta passa a ser

conhecida como a tese do crescimento zero. O segundo tem origem nas ações da Organização das Nações Unidas (ONU), quando em 1983 é criada a Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento e dela surgem alguns relatórios sinalizando a possibilidade de um crescimento econômico com preservação da natureza. O famoso relatório intitulado *Nosso Futuro Comum* torna-se o referencial desse modelo. (SANTOS *et al.*, 2012).

Corroborando Sachs (2001) que o crescimento não traz, automaticamente, o desenvolvimento, tampouco a qualidade de vida. Ao avançar no debate, este autor chama a atenção para o fato de que uma situação mais comum é a do crescimento pela desigualdade, com efeitos sociais perversos: a acumulação de riqueza nas mãos de uma minoria com a simultânea produção de pobreza maciça e deterioração das condições de vida.

Esse debate contribuiu para introduzir no conceito de desenvolvimento a dimensão social configurada no “Estado de Bem Estar Social”. Pensar o desenvolvimento agora deveria ir além dos seus indicadores quantitativos. Era preciso intensificar as ações de valorização dos sujeitos por meio de um sistema de proteção ao cidadão. O “Estado de Bem Estar Social” assume a responsabilidade mediante a oferta de serviços essenciais (alimentação, habitação, educação, saúde e previdência) para o desenvolvimento humano e social. Novos (HICKS; STREETEN, 1988) indicadores de desempenho para mensurar o desenvolvimento são requisitados.

Neste sentido, o conceito de desenvolvimento deveria representar algo que possibilitasse uma progressiva redução e eliminação final da desnutrição, da doença, do analfabetismo, da miséria, do desemprego e das desigualdades. Assim, os princípios do crescimento e da acumulação de riqueza deveriam ser substituídos pelos princípios das necessidades básicas. Neste caso, o conteúdo do Produto Interno Bruto (PIB) se tornaria mais importante que a sua taxa de crescimento. Afirma Singer (1977, p. 38), que “o produto total de uma sociedade pode crescer sem que essa sociedade se desenvolva, ou seja, o estudo do desenvolvimento não se confunde com o estudo do crescimento econômico”. A noção de desenvolvimento implica em mudanças nas estruturas econômicas, sociais, políticas e institucionais.

Santagada (1993) afirma que, desde o fim da década de 1960, vários organismos mundiais e regionais têm participado do esforço de elaborar indicadores sociais com a finalidade de acompanhar a evolução na qualidade de vida e do bem estar do cidadão. As críticas do pensamento latino-americano ao conceito de desenvolvimento contribuíram para que a dimensão social ganhasse relevância no conceito de desenvolvimento. Com isso, governos de todo mundo e organismos internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU),

Organização para a Cooperação Econômica Europeia (OCEE), Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE), Comissão Econômica para a América Latina e Caraíbas (CEPAL), entre outras, introduzem instrumentos de medidas para quantificar o desenvolvimento social. (SANTAGADA, 1993).

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem acompanhando o desempenho dos países na promoção de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento das pessoas, por meio do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), criado em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq. Inicia-se, assim, possibilidades de análises diferenciadas em prol das necessidades sociais e do desenvolvimento das regiões.

Em Bandeira (1999), os atores sociais são o destaque do processo de desenvolvimento, valorizado pela formação sociocultural do indivíduo. Para Petitinga (2006), compreendê-lo implica levar em consideração aspectos significativos de um território específico. Já Milani (2005) defende que o desenvolvimento local emerge de fatores culturais, sociais e políticos, não regulamentados unicamente pelo sistema econômico e pelas regras de mercado. Em *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen (2010) afirma que o desenvolvimento de um país está essencialmente ligado às oportunidades que ele oferece à população de fazer escolhas e exercer sua cidadania. E isso inclui não apenas a garantia dos direitos sociais básicos, como alimentação, saúde e educação, mas também as liberdades associadas com a educação, a participação política, a proibição da censura, entre outras. Assim sendo, só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das escolhas e das oportunidades do indivíduo, possibilitando uma vida longa, saudável, com acesso a recursos necessários para um nível de existência digno da geração atual e futura.

Pelo exposto, percebe-se o crescente grau de consciência mundial sobre a necessidade de modelos de desenvolvimento que propiciem de alguma forma a eficiência econômica, a equidade social e o equilíbrio ecológico.

Sen (2010) sustentou já na primeira metade da década de 1980 que muitas contribuições das teorias de desenvolvimento deveriam ser consideradas, porquanto, apesar de muitos equívocos, apontavam para a direção correta, como meios para se atingir os fins.

A partir da união entre aspectos da teoria econômica e da filosofia social, Sen preocupou-se em avaliar a qualidade de vida das pessoas em seus países, evidenciando que o crescimento econômico não seria suficiente para tanto, assim como a tradicional medida do PIB de um país não seria suficiente para medir o desenvolvimento. O autor afasta dos pressupostos da economia e alia a justiça com a teoria do desenvolvimento. Enquanto a ética está relacionada à economia, para Sen aquilo que é justo está relacionado ao desenvolvimento humano.

Afirma Kliksberg (2001, p. 106 - 107) que “há um novo debate em ativa ebulição no campo do desenvolvimento. [...] Há uma revalorização no novo debate de aspectos não incluídos no pensamento econômico convencional. [...] é o reexame das relações entre cultura e desenvolvimento”. Essa visão implica o reconhecimento da supremacia da política sobre a economia, levando à superação do conceito de crescimento econômico como desenvolvimento. De acordo com este autor (p.107), “políticas baseadas em planos que marginalizam aspectos como os mencionados demonstram limitações muito profundas”. O desenvolvimento não é apenas resultado de caminhos técnicos, mas de processos políticos e, por isso, é preciso “rediscutir a visão convencional do desenvolvimento e integrar novas dimensões [...] as possibilidades de o capital social e a cultura contribuírem para o desenvolvimento econômico e social” (p. 107).

A aposta é no rompimento com os modelos eurocêntricos, tecnocráticos, economicistas, determinantes. Não se permitem movimentos de cima para baixo. Não se permite a ausência da possibilidade da manifestação ou das contribuições de quem emerge ou sucumbe. Desloca-se dos números e gráficos para os movimentos e às demandas sociais, às vozes, às expressões, às experiências. (PIMENTA, 2014, p. 54).

Reconhecer a agência humana como propulsora do desenvolvimento abre espaço à cultura, à educação, aos valores. Como decorrência, recoloca o problema do desenvolvimento nos espaços locais, nas proximidades humanas, nas relações entre as pessoas. No processo do desenvolvimento local é imprescindível o reconhecimento da multiplicidade e diversidade das potencialidades humanas.

### **2.2.1 Desenvolvimento Regional**

Refletir sobre o desenvolvimento regional implica considerar, ainda que de modo substancial, o que se entende por região, pois, a exemplo do desenvolvimento, há vasta e respeitável literatura a respeito. Segundo Cunha *et al.* (2005, p. 8):

[...] a região deve ser fruto não de atribuições “naturais” em exclusivo, mas da interação desta dimensão com a produção/percepção do espaço, é razoável pensar que isto não se dá de forma unívoca, e que, portanto, não se pode falar de um só recorte regional para um dado espaço. Isto da mesma forma que não se identifica uma única filiação de ideias ou interesses práticos nas correntes políticas em disputa no interior de um Estado; ou ainda um só nível de pertencimento social para cada um dos indivíduos de uma coletividade; mais apropriada é sempre a percepção de dimensões superpostas para a análise dessas questões.

Os autores trazem à reflexão, o recorte regional, alertando ainda para as múltiplas possibilidades decorrentes, uma vez que se fala de “construção e percepção coletiva”. (CORRÊA, J.; SILVEIRA, R.; KIST, R., 2019).

Pontuando-se o conceito de desenvolvimento regional, entende-se a região como sendo fruto de um processo histórico que a molda. Uma construção social material e simbólica, podendo também ser vista como um espaço de dominação, onde frações do capital controlam as condições de reprodução local, sendo uma forma de classificação do território legitimado. (BODART, 2019). Construção social material, pois está, quase sempre, bem delimitada fisicamente, e simbólica por ser dotada de significados subjetivos e reconhecimento social, o que possibilita a noção de unidade.

Assim, sustenta-se que o desenvolvimento regional pressupõe uma ruptura na perspectiva em que o ator se coloca, pois é um processo histórico, que exige transformação nas bases sociais e econômicas, mudanças estruturais e, sobretudo, uma estratégia construída de forma conjunta entre os diversos atores da região. (CORRÊA, J.; SILVEIRA, R.; KIST, R., 2019).

Partindo desse contexto, passa-se a compreender o desenvolvimento regional não apenas atrelado ao crescimento econômico, mas também a fatores sociais, culturais, ambientais e políticos, acompanhado da melhoria da qualidade de vida dos indivíduos. (OLIVEIRA, 2002).

Sob uma percepção mais ampla, considera-se que, nos processos endógenos de desenvolvimento regional (Teoria do Desenvolvimento Endógeno), são os atores da própria localidade que, ao adotarem estratégias, a partir do potencial desenvolvimentista existente em seu território, controlam o processo de transformação local visando aumentar o bem-estar da comunidade da qual fazem parte (VÁZQUEZ BARQUERO, 2001). O que leva à percepção de que o conjunto de recursos econômicos, humanos, institucionais e culturais regionais constitui o ponto de partida para o desenvolvimento de uma comunidade territorialmente localizada.

No entanto, faz-se necessário lembrar que, para promover o desenvolvimento, os planos regionais necessitam estar relacionados as estruturas de governança regional, resultantes da ação coletiva dos atores públicos e privados que interagem dentro de um contexto espacial, institucional, político e cultural específico. (TAPIA, 2005).

O desenvolvimento regional compreende o crescente esforço das sociedades locais na formulação de políticas territoriais capazes de tornar a região o sujeito de seu próprio processo de desenvolvimento. O que ocorre com o intuito de discutir questões que incluam alterações da composição da sociedade e a alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza,

desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia). (VASCONCELLOS; GARCIA, 1998).

Para Tapia (2005) o sucesso do desenvolvimento regional depende da articulação de forças do próprio território. Isso sugere que o mesmo deriva do envolvimento direto dos agentes regionais (econômicos, sociais e políticos) na concepção e execução de um projeto próprio de desenvolvimento.

Entende-se neste estudo que, a região passa a ser um agente de transformação e não um suporte dos recursos e atividades econômicas, uma vez que há interação entre empresas e os demais atores, que se organizam para desenvolver a economia e a sociedade. De acordo com esse pensamento, o ponto de partida para uma comunidade territorial reside no conjunto e no inter-relacionamento entre os recursos formadores (instituições, lideranças sociais e organizações) de seu próprio potencial de desenvolvimento. (SOTARAUTA, 2005).

Vázquez (2001) considera que no desenvolvimento regional são os atores locais que, ao adotarem estratégias a partir do potencial de desenvolvimento existente em seu território, controlam o processo de transformação econômica e social visando aumentar o bem-estar da sociedade e dos sujeitos envolvidos.

A partir das considerações expostas, pondera-se que a articulação dos diversos atores representativos de uma localidade é fundamental para o desenvolvimento. Preceitos como a inovação e processos de colaboração e integração entre os setores sociais contribuem no aperfeiçoamento das estratégias para se atingir as transformações sociais que se almejam. (BUARQUE, 2006).

### 2.3 DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE

A partir das décadas de 1980 e 1990, percebe-se que os modelos estritamente fundados nos critérios econômicos convencionais eram insuficientes para explicar a mudança social, como também, passou-se a dar maior atenção aos sujeitos sociais e às suas capacidades de alterar os padrões institucionalizados. Muitas das novas abordagens do desenvolvimento voltaram-se à compreensão do modo como as pessoas veem seu lugar no mundo e procuram construir alternativas para viabilizar a vida que elas mesmas julgam adequada. (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Em fins da década de 1980, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dedicava-se à criação de um indicador que representasse, por si só, o desenvolvimento

de uma sociedade. Em 1990, fora divulgado o Primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD que, inspirado nas contribuições teóricas de Sen (2000), defendia que o crescimento econômico não é a finalidade última do desenvolvimento, mas um meio para se ampliarem as capacidades dos indivíduos, entre elas um nível de vida decente, acesso à educação e uma vida longa e saudável. (UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME, 1990).

Nesse mesmo relatório, apresentou-se o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), calculado a partir de três indicadores, relacionados à renda, saúde e educação, que se tornou uma medida de desenvolvimento bastante aceita, adaptada por muitos países para uso nacional, inaugurando e institucionalizando assim, o paradigma do desenvolvimento humano. Anualmente, são elaborados Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH), que, inclusive, servem de base para elaboração de políticas internas e internacionais de investimento e financiamento.

Já a partir dos anos 2000, inspirados em estudos que revelaram discrepâncias entre a riqueza e a percepção de bem-estar da população, alguns autores como Veenhoven (2000), têm defendido que indicadores objetivos não seriam suficientes para tratar de questões como qualidade de vida e satisfação de uma população. Propõem, assim, o uso de indicadores subjetivos (obtidos por meio das próprias declarações/percepções dos indivíduos) para se medir bem-estar e, por consequência, desenvolvimento, inaugurando, assim, o paradigma do desenvolvimento subjetivo. (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

Faz-se necessário ressaltar que o surgimento de novos conceitos de desenvolvimento não significa que os anteriores foram abandonados e substituídos. Pelo contrário, existe uma superposição deles, de modo a coexistirem atualmente vários paradigmas de desenvolvimento, com maior ou menor grau de prestígio acadêmico, político e social.

A base do desenvolvimento aqui tratado não se referencia somente nas questões econômicas, pois nele estão contidos aspectos relativos à história, à sociedade e às questões institucionais que contribuem para o desenvolvimento integral da população. Pensar nesse conceito de desenvolvimento é relacioná-lo com a melhoria de vida das pessoas e às liberdades que as mesmas desfrutam. (CHIARELLO, 2015).

De acordo com Zambam; Kujawa; (2017, p. 15),

o modelo de desenvolvimento adotado numa sociedade está relacionado com inúmeros fatores que incidem diretamente sobre as condições de vida dos cidadãos, da sua realização pessoal, da integração social, da participação política, da produção de bens e da sua respectiva distribuição. A visão de desenvolvimento está ancorada

em interesses econômicos, na formação cultural da sociedade, nos objetivos presentes e futuros, nas condições de vida para a população, no funcionamento das instituições sociais e na disponibilidade dos recursos naturais e ambientais, assim como, dos critérios para a sua utilização, preservação ou reposição.

Parte-se da ideia que a partir do momento em que as pessoas deixam de estar submetidas à privação de suas capacidades, pode-se estimular o desenvolvimento. Nessa perspectiva, a construção de capacidades busca melhorar a condição humana, focalizando a liberdade de “ser” e de “fazer” dos indivíduos, ou seja, de exercer ponderadamente suas condições enquanto agentes do processo de desenvolvimento. Essas capacidades, segundo Sen (2010), podem ser instigadas pela política pública, bem como, a direção da política pública pode ser influenciada pelo uso efetivo das capacidades participativas da sociedade.

O conceito de *capacidade*, de acordo com o dicionário Proberam (2019) da Língua Portuguesa, significa: “1. potencial para conter, acomodar ou guardar algo; volume; 2. aptidão, competência; rendimento máximo; 3. qualidade ou condição de capaz; faculdade que torna apto ou possibilidade legal”. Nesse conceito, é possível perceber que o termo está relacionado tanto a aspectos materiais de quantidade quanto às características imateriais ligadas à pessoa, como habilidade, aptidão.

Interessante destacar que, na Língua Inglesa, há um desdobramento dessa palavra entre *capacity* e *capability*. De acordo com o Dicionário Little Oxford English Dictionary (2019), a palavra *capacity* indica, como em português, vários significados: “1. *The maximum amount that something can contain or produce*; 2. *The ability or power to do something*; 3. *A role or position*”. No entanto, a palavra *capability* é mais específica para um aspecto relacionado à pessoa, como indica o mesmo dicionário: “*capability - the power or ability to do something*”.

Destarte, é possível verificar que “capacidade”, para os fins deste estudo, tem sua origem na palavra ‘*capability*’ do inglês, mais específica do que a palavra ‘*capacity*’. O mesmo sentido é dado por Amartya Sen quando desenvolve a Abordagem das Capacidades, do inglês “*capabilities approach*”, em seus escritos e livros. Esse estudo parte, então, do conceito inicial de capacidade como “o poder ou habilidade de fazer algo” (*capability*).

Contudo, é justamente no âmbito da Filosofia que a palavra adquire conteúdo amplo e complexo, como “termo alternativo para a potencialidade das coisas e, já nessa segunda referência, “oposição entre o que é de fato, ou realmente, o caso, e o que poderia ter sido ou pode vir a ser o caso”. Portanto, na Filosofia, a capacidade está relacionada à potencialidade, ou seja, à realização da potência em ato. (BLACKBURN, 1997).

Outra concepção é dada ao termo “capacidade” por Amartya Sen (2010) ao tratar do desenvolvimento humano e da teoria da economia do bem-estar. Ele propõe o “enfoque das capacidades” (*capabilities approach*) para a avaliação dos índices de desenvolvimento humano dos países em todo o mundo. O conceito de abordagem das capacidades (*capabilities approach*) foi apresentado por Amartya Sen pela primeira vez em maio de 1979, em sua conferência denominada “*Equality of What?*”, proferida em Standford University: “*It is arguable that what is missing in all this frameworks is some notion of ‘basic capabilities’: a person being able to do certain basic things*”. Nesse texto, a pergunta básica colocada por Sen é “o que deve ser igualado” em uma sociedade, nas políticas apresentadas pelo Estado, na vida das pessoas, para que haja maior igualdade e desenvolvimento? A resposta preliminar dada por ele foi: “as capacidades é que devem ser igualadas” (SEN, 2008, p. 12). Mas, o que são essas capacidades?

Sen (2008, p. 13) explica que “a perspectiva da capacidade é uma concepção da igualdade de oportunidades, que destaca a liberdade substantiva da qual as pessoas são portadoras para levar suas vidas”. Essa liberdade denota o que as pessoas podem fazer ou realizar, quer dizer, a liberdade para buscar seus objetivos.

Na abordagem das capacidades humanas defendida por Sen, não há uma definição acabada para o termo desenvolvimento. Contudo, é possível uma compreensão deste termo, por meio de uma reflexão sobre um conjunto de afirmações:

o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam [...]. É por causa dessas interconexões (entre as liberdades de diferentes tipos) que a livre e sustentável condição de agente (*agency*) emerge como o principal motor do desenvolvimento. [...] Uma concepção adequada do desenvolvimento tem de ir muito além da acumulação de riqueza, do crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) e de outras variáveis relacionadas à renda. Sem desconsiderar a importância do crescimento econômico, precisamos enxergar muito além dele. (SEN, 2010, p. 16-18).

O conjunto de caracterizações chama atenção para certos aspectos relevantes do conceito *seniano* de desenvolvimento e que apontam para o que o autor considera o núcleo do significado desse termo. As mesmas sugerem que o desenvolvimento é o aumento da capacidade que tem a pessoa humana de atingir o seu *fim último*, o seu *bem*, a sua *felicidade*. No contexto da abordagem das capacidades humanas, o termo desenvolvimento denota um processo complexo, cujos fins devem ser as pessoas mesmas, com os seus almejados objetivos, estilos e qualidades de vida. (PINHEIRO, 2012).

O fim último do desenvolvimento, o *bem das pessoas*, é associado à *liberdade*, isto é, à potência pessoal de conseguir a vida que se deseja racionalmente. Nesse sentido, a liberdade

é pensada positivamente como poder, autonomia e autodeterminação do agente, bem como, colocada no centro da abordagem do desenvolvimento como liberdade (SEN, 2010), desempenhando um duplo papel avaliativo-constitutivo e causal-instrumental no processo de desenvolvimento. (PINHEIRO, 2012).

Além da noção de liberdade, em um sentido abstrato, o desenvolvimento se associa também às liberdades concretas das pessoas. Fala-se de *liberdades* (no plural), com referência aos diversos objetos e estados específicos ao alcance das pessoas. Assim, pode-se falar da “liberdade de adquirir bens/serviços”, “liberdade de ser saudável”, “liberdade de não ser sujeito à morte prematura”, etc. Segundo Pinheiro (2012), há indícios que o conceito *seniano* de liberdade se aplica não apenas a um sentido descritivo (a objetos, processos, estados de coisas no mundo), mas também a um sentido prescritivo (a normas, leis, regras).

A mencionada diferença entre os aspectos descritivos e prescritivos (normativos) do conceito de liberdade oferece-nos a oportunidade de dar mais um passo no esclarecimento deste conceito, fazendo-se a distinção entre as liberdades e os direitos. Estes, ao contrário daquelas, pertencem inteiramente à esfera das normas e dos valores. Quando se enuncia um direito, afirma-se o valor de certa liberdade para alguém, e isso acarreta um conjunto de deveres atribuíveis a outras pessoas, com o propósito de salvaguardar aquela liberdade. Portanto, os direitos, diversamente das liberdades – que podem ter um elemento ancorado objetivamente nos estados de coisas do mundo –, se apoiam integralmente em um sistema de enunciados ético-normativos. (PINHEIRO, 2012).

Para Sen (2010), a objetividade está ligada ao crivo da razão pública. De acordo com este princípio, o que torna uma liberdade um fundamento objetivo para um direito humano é a força dos argumentos públicos em favor da importância dessa liberdade perante a coletividade em que se inserem os indivíduos. Esses argumentos têm de ser validados em uma discussão pública. Para isso, há certos critérios socialmente aceitos – certas “condições de limiar”, nos termos de Sen –, cuja satisfação acarreta o reconhecimento social de uma liberdade como base de um direito humano e cuja não satisfação praticamente desqualifica esse reconhecimento. Pinheiro (2012, p.14) exemplifica:

[...] para servir de base a um direito humano universal, *a liberdade de uma pessoa não ser agredida fisicamente por outra* atende a certas condições socialmente reconhecidas, como a objetividade e o alcance das políticas públicas. Todavia, *a liberdade de uma pessoa não se sentir ofendida por outra* não atende àquelas condições. Em particular, não atende a uma condição de objetividade, pois o sentir-se ofendido pode ser caracterizado como um estado essencialmente subjetivo.

Entende-se que o desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Ao se expandir liberdades se tem razão para “valorizar não só o que torna a vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo com o mundo em que vivemos e influenciando esse mundo”. (SEN, 2010, p.29).

Os saldos do desenvolvimento melhoram não somente a qualidade de vida, como também as habilidades produtivas das pessoas e o crescimento econômico de base compartilhada. Assim, desvia-se o foco das ações voltadas para os fins ou resultados, materializados em variáveis como renda, posse de bens ou capitais, para privilegiar o aprimoramento dos meios e modos de que os indivíduos dispõem para lidar com as adversidades dos contextos em que vivem, com os riscos sociais e as incertezas. (NIEDERLE; RADOMSKY, 2016).

As liberdades não são apenas o fim primordial do desenvolvimento, contam-se também entre os meios principais. As liberdades políticas ajudam a promover a segurança econômica, as oportunidades sociais (serviços de educação e de saúde) facilitam a participação econômica, os dispositivos econômicos (oportunidade de participar no comércio e na produção) podem ajudar a gerar tanto a riqueza pessoal como os recursos públicos destinados a serviços sociais. As liberdades de diferentes espécies podem reforçar-se umas às outras. (SEN, 2010).

Deve-se reconhecer que a liberdade é um componente importante e tem dois motivadores: a avaliação e a eficácia (SEN, 2010). Na visão do autor, a primeira motivação é a razão avaliatória para concentrar-se na liberdade, assim o processo do ser humano depende se houve ou não aumento de liberdade (com base na remoção das privações de liberdade). Já a segunda é a razão da eficácia, assim, observa-se as relações empíricas relevantes (ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo). Nesse sentido, ele aborda a condição de agente, ou seja, o indivíduo como membro do público e participante de ações econômicas, sociais e políticas.

Sen fundamenta esse ponto com base na importância da participação cidadã com vistas à garantia dos interesses públicos na tomada de decisões governamentais. E interessa a este trabalho exatamente o processo de alargamento das capacidades humanas para usufruto não somente particular, mas, sobretudo, para o uso social e comunitário, uma vez que o desenvolvimento é compreendido e desejado como a emancipação do ser humano de si mesmo e das pressões sociais para si mesmo e para a construção de uma realidade melhor. (SEN, 2010).

Para o autor, *agente* é todo aquele que ocasiona uma mudança no ambiente com a sua ação livre e racional. O agente não se orienta senão por seus “motivos internos” (normas, objetivos, razões, valores, etc.). Assim, a *condição de agente* [*agency*] é a capacidade de livre

agir das pessoas segundo os seus próprios fins e normas. Quando se planeja a carreira profissional, organizando um conjunto de variadas ações, metas, objetivos, etc., ao longo de vários anos da vida, exercita-se a condição de agente. (PINHEIRO, 2012).

Expandir as liberdades dos indivíduos é fomentar e respeitar a sua condição de livre agir com base na razão. No constructo conceitual do desenvolvimento como liberdade, o desenvolvimento é um processo que envolve fundamentalmente a condição de agente das pessoas (SEN, 2010). Todavia, a condição de agente pode ser limitada por vários fatores externos, como a pobreza, a direção da política pública, a falta de oportunidades econômicas, a exclusão social, a intolerância, a negação de direitos civis etc. Por isso, uma parte importante das políticas de desenvolvimento consiste em identificar e combater fatores como esses, chamados por Sen de fontes de privação das liberdades dos indivíduos. (PINHEIRO, 2012).

Cabe salientar que as diferentes dimensões de privações de liberdade não devem ser entendidas de forma isolada. Sen (2010, p. 23) afirma que “a privatização de liberdade econômica pode gerar a privatização de liberdade social, assim como a privação de liberdade social, ou política pode da mesma forma, gerar privatização de liberdade econômica”.

As liberdades individuais, elementos básicos na abordagem do desenvolvimento como liberdade, desempenham dois papéis distintos no desenvolvimento. Em primeiro lugar, há um papel avaliativo (constitutivo, normativo) segundo o qual as liberdades constituem o fim último do processo de desenvolvimento (liberdades de saber ler, de expressão, de participação política, etc.); e, em segundo lugar, um papel instrumental, de acordo com o qual as liberdades (causal e empiricamente interconectadas) são os principais meios do desenvolvimento podendo contribuir com a promoção de liberdades de outros tipos. (SEN, 2010).

O papel avaliativo da liberdade é assim chamado porque o progresso deve ser avaliado segundo o grau de expansão das liberdades das pessoas. Este papel é essencial, constitutivo e “definidor” do desenvolvimento. Ou seja, desenvolvimento é liberdade, sob o enfoque avaliativo. Por sua vez, o papel efetivo ou instrumental associa-se às interrelações causais entre os diversos tipos de liberdades. Ao desempenharem o seu papel instrumental, as liberdades e os direitos dos indivíduos podem contribuir efetivamente como instrumentos para o progresso econômico. (PINHEIRO, 2012).

Sen (2010) ressalta que a importância das liberdades para o desenvolvimento associa-se, em primeiro lugar, ao seguinte princípio normativo: o desenvolvimento deve visar acima de tudo a expansão da liberdade dos indivíduos. Em segundo lugar, a importância das liberdades se fundamenta naquilo que o autor chama de “razão efetiva”. Ou seja, quanto maior a liberdade dos indivíduos, mais eles podem melhorar a si próprios e influenciar positivamente

a comunidade em que vivem (PINHEIRO, 2012). Portanto, a razão efetiva das liberdades individuais importarem para o desenvolvimento se relaciona com o exercício da condição de agente dos indivíduos. Estas duas razões – normativa e efetiva – se conectam respectivamente com os já referidos papéis avaliativos (logicamente constitutivos) e instrumentais (causais, empíricos) da liberdade.

A distinção entre os papéis avaliativos e instrumental das liberdades, ao se basear na distinção mais fundamental entre os meios e os fins do desenvolvimento, apontam para a distinção conceitual entre as *liberdades substantivas* e as *liberdades instrumentais*. Liberdades substantivas são aquelas que enriquecem nossas vidas e a que queremos atingir como *fins*, ao passo que as instrumentais são os *meios* para atingir aqueles fins. Por exemplo, para atingir a liberdade substantiva de ter uma boa profissão, eu busco as liberdades instrumentais de aprender a ler, estudar, cursar uma universidade etc. (PINHEIRO, 2012).

As liberdades substantivas dos indivíduos constituem a essência mesma do desenvolvimento. Neste sentido, diz-se que as liberdades substantivas desempenham um papel constitutivo no conceito de desenvolvimento e avaliativo do processo de desenvolvimento. (PINHEIRO, 2012).

Por sua vez, as liberdades instrumentais são tipos de liberdades que servem de instrumentos para que o indivíduo aumente a sua liberdade substantiva total. Citam-se, em *Desenvolvimento como liberdade* (Sen, 2010, p. 58-60), cinco tipos de liberdades instrumentais.

- 1) As *liberdades políticas* referem-se às escolhas das pessoas na arena política: escolher quem vai governar, sob quais regras etc.; isso inclui também a liberdade de crítica às autoridades e a expressão política, e outras.
- 2) As *disponibilidades econômicas* [*economic facilities*] referem-se ao poder de os indivíduos usarem os recursos econômicos, tais como os bens e serviços, as possibilidades de fazer transações, o acesso à renda e ao crédito, etc. Incluem as oportunidades tidas pelos indivíduos para fins de consumo, produção e troca.
- 3) As *oportunidades sociais* referem-se aos arranjos sociais para o provimento de educação, saúde, e outros serviços sociais capacitantes.
- 4) As *garantias de transparência* dizem respeito à confiança mútua entre os indivíduos, em suas interações sociais, confiança que é fundamental para o sucesso dessas interações. As garantias de transparência incluem o direito à informação em todos os níveis, principalmente nas esferas públicas.
- 5) A *proteção social* inclui arranjos sociais destinados a proteger as parcelas mais vulneráveis da população: assistência e previdência social, seguro-desemprego, abertura de frentes de trabalho emergenciais, etc.

Todos os tipos de liberdades instrumentais se interconectam causalmente, e isso tanto pode prejudicar o desenvolvimento (quando as pessoas são privadas de suas liberdades) quanto favorecê-lo (quando as liberdades instrumentais contribuem conjuntamente para

expandir as liberdades substantivas de todos). Em termos gerais, as liberdades individuais se interconectam e se complementam profundamente, tanto em nível coletivo quanto individual. Por um lado, a pura e simples violação de uma liberdade individual pode ser julgada ruim para toda a comunidade. Por outro lado, a violação de uma liberdade individual básica acarreta a privação de toda uma cadeia de outras liberdades e direitos individuais, como exemplo, ter acesso à educação.

As liberdades individuais (SEN, 2010) têm pelo menos dois aspectos importantes que devem ser distinguidos na abordagem do desenvolvimento como liberdade: o aspecto da oportunidade (a existência de alternativas ou opções ao alcance da escolha do indivíduo) e o aspecto do processo (circunstâncias, contextos, instituições etc., que levam o indivíduo a poder escolher). Para ilustrar essa diferença, tem-se o exemplo de uma pessoa que não possui acesso à educação. Ela pode ser privada da liberdade de estudar, seja porque não há vagas disponíveis (falta de oportunidades), seja porque o sistema de ensino não opera adequadamente (processos inadequados). Em geral, as fontes de privação das liberdades individuais podem provir da falta de oportunidades, dos processos inadequados ou de ambos.

Por isso, em princípio, quanto maior o número de opções ao alcance da escolha do agente, melhor para o agente. Esse princípio geral tem uma consequência teórica muito importante para a abordagem das capacidades – e que, até certo ponto, a distingue de outras abordagens da avaliação social –, a saber: para a abordagem das capacidades, o valor de um conjunto de opções reais de escolha pelo agente não necessariamente coincide com o valor da opção escolhida pelo agente. (PINHEIRO, 2012).

Um outro conceito importante da abordagem das capacidades humanas é o de *funcionamento*. Refere-se a atividades ou estados que uma pessoa pode racionalmente valorizar, fazer ou ser, tais como “estar bem nutrido”, “ser saudável”, “estar livre da malária”, “participar ativamente da vida em comunidade”, “ter autoestima” etc. Os funcionamentos humanos não são em geral sujeitos a uma (SEN, 2010) comparação unidimensional entre si, e cada funcionamento define um “espaço” e uma “métrica” de análise e valoração própria. Um funcionamento é uma conquista de uma pessoa: é o que ela consegue fazer ou ser e qualquer desses funcionamentos reflete, por assim dizer, uma parte do estado da pessoa. A capacidade de uma pessoa é uma noção derivada. Ela reflete as várias combinações de funcionamentos (atividades e modos de ser) que uma pessoa pode alcançar. (SEN, 2010).

Por sua vez, a capacidade é “[...] a liberdade substantiva de realizar combinações de funcionamentos alternativos [...], ou seja, a liberdade de atingir vários estilos de vida” (Sen, 2000, p. 75). Portanto, o conceito de capacidade é derivado do funcionamento e se define

explicitamente como um tipo de liberdade. Além disso, o conceito de capacidade associa-se ao de oportunidade.

Os funcionamentos realmente atingidos ou escolhidos são as *realizações* de um indivíduo. Mas as capacidades de um indivíduo não podem se restringir às suas realizações, ou seja, ao conjunto dos seus funcionamentos realizados, porque, do contrário, elas não incorporariam a noção essencial de oportunidade.

Na medida em que a abordagem das capacidades humanas procura não apenas avaliar e valorar o conjunto de realizações do indivíduo, mas, também, a combinação de funcionamentos alternativos que o indivíduo pode escolher, ela é mais abrangente, em sua base de informações, do que outras abordagens tradicionais da avaliação social, que tendem a focar apenas os resultados efetivamente alcançados ou escolhidos pelo indivíduo – em termos de consumo, renda real ou utilidade. (PINHEIRO, 2012).

A noção *seniana* de liberdade baseia-se nos conceitos mutuamente complementares de capacidade-funcionamento e de oportunidade-processo. Sobre a relação capacidade-funcionamento, viu-se que a capacidade, como um tipo de liberdade, refere-se à extensão na qual alguém é capaz de escolher certas combinações de funcionamentos particulares.

Não obstante, a liberdade do indivíduo também depende dos processos – por exemplo, o funcionamento de um mercado livre ou de um sistema político democrático – que conduzem o indivíduo a uma situação de poder escolher entre combinações alternativas de funcionamento. O estudo da liberdade individual e a abordagem das capacidades humanas em geral não se esgotam no aspecto capacidade-oportunidade, mas abrangem o aspecto do processo.

A liberdade individual é um produto social, na medida em que interaja com os diversos tipos de arranjos e instituições sociais, bem como com valores socialmente compartilhados. Em especial, a formação dos conceitos que orbitam a noção de liberdade em uma comunidade, bem como o reconhecimento de uma liberdade individual como algo valioso, são processos que dependem do exercício de uma razão pública. Tal abordagem permite-nos reconhecer o papel dos valores sociais e dos valores dominantes, que influenciam as liberdades de que as pessoas gozam e justificadamente resguardam. (PINHEIRO, 2012).

Assim, a abordagem das capacidades atribui importância à “aptidão para decidir viver como gostaríamos e para promover os fins que quisermos fazer avançar” e também “ao próprio processo de escolha” (SEN, 2011, p. 262), ou seja, à liberdade substantiva. Por isso mesmo, Sen optou por definir o desenvolvimento como liberdade, em seu livro com o mesmo

nome, e não como capacidade, pois, para ele, a liberdade é a faculdade (ou direito) que dá origem e sentido à capacidade.

Nesse contexto, a promoção das capacidades refere-se intrinsecamente ao conceito de liberdade, ao agir humano. Sendo assim, pode-se sustentar que o desenvolvimento de um país se mede por “como” a liberdade das pessoas é valorizada e proporcionada. Assim, tanto as leis como o Estado devem ser determinados para promover a liberdade de ser e de escolher, para promover as capacidades das pessoas.

A proposta de Sen é de que a qualidade de vida, o bem-estar das pessoas não pode ser medido apenas pelos bens materiais que possuem e que lhe são garantidos, mas, também, e, principalmente, pela possibilidade que lhe é dada de expandir suas capacidades.

Por fim, os indivíduos vivem e agem num mundo de instituições. As nossas oportunidades e projetos dependem de forma crucial das instituições que existem e do modo como funcionam. Devemos encará-las em conjunto para apreciarmos o que podem fazer quando combinadas umas com as outras.

As políticas públicas contribuem com o processo de desenvolvimento social. A orientação, segundo esta compreensão, visa integrar a economia, a tecnologia, o progresso econômico, os mercados e outros atores com uma arquitetura que vise possibilitar as condições para a expansão da liberdade de escolha das pessoas, elegendo o desenvolvimento das capacidades humanas e a condição de agente como a justificativa para a existência e a atuação do Estado. (ZAMBAM; KUJAWA, 2017).

Salienta-se o poder transformador das políticas públicas que precisam intervir nas diferentes formas de privação, geradoras dos níveis das desigualdades, das injustiças e do desenvolvimento social existente no interior das sociedades. A atuação dos diferentes atores sociais, sejam pessoas ou instituições, integradas à necessidade de correção das injustiças sociais deve ser condição presente em regiões que almejam o desenvolvimento. Neste estudo, prioriza-se analisar as políticas públicas de expansão do ensino superior, bem como, as contribuições que a universidade gera para o desenvolvimento social da região.

As políticas públicas orientadas pela prioridade ao capital humano e a equidade social, implica no desenvolvimento qualitativo das condições de vida das pessoas e o seu potencial transformador suplanta as avaliações baseadas em dados e penetram o amplo ambiente de relações que uma pessoa ou grupo beneficiado estabelecem. (ZAMBAM, 2018).

As políticas públicas devem ser avaliadas quanto aos seus efeitos sobre as liberdades pessoais. Em especial, as políticas de aceleração do crescimento não deverão ser avaliadas tão somente com respeito ao seu impacto sobre a renda pessoal, mas também, e principalmente, no que tange aos seus efeitos sobre as liberdades pessoais, o que dependerá, por sua vez, da capacidade estatal de prover serviços sociais capacitantes aos indivíduos. Logo, as políticas de crescimento e de ampliação das capacidades individuais devem se interconectar e se complementar mutuamente. (PINHEIRO, 2012, p. 13).

Os cidadãos precisam viver e atuar na sociedade na condição de agentes ativos, desenvolvendo as suas capacidades. A criação de reais oportunidades sociais é um referencial seguro e duradouro para este fim, assim como, para a ampliação do alcance das políticas sociais para o aumento da qualidade de vida, especialmente dos mais pobres. (ZAMBAM, 2018).

A visão das políticas públicas de forma emancipatória e tendo como referencial o desenvolvimento das capacidades humanas torna-se estratégica pelo seu potencial de atuar não motivada pelo auto interesse, mas pelo compromisso democrático com a construção do bem comum, o que contempla o potencial de formação, valorização e incentivo do agente ativo.

As políticas públicas de acesso ao ensino superior ampliaram o número de vagas e de alunos matriculados nas universidades. Isso demonstra, considerando a concepção de desenvolvimento de Sen, citando o valor da liberdade, da condição de agente e o desenvolvimento das capacidades, que a referida política contribui significativamente para o desenvolvimento social porque amplia a condição de sujeito ativo, proporcionado pelo acesso ao ensino superior. (ZAMBAM, 2018).

A expansão de universidades públicas para regiões interioranas contempla critérios essenciais que favorecem o acesso a grupos sociais que estudam em escolas públicas e com menor renda, ampliando ainda mais o seu impacto sobre a capacidade de inclusão social dos grupos sociais historicamente de renda inferior (TREVISOL; NIEROTKA, 2016). O conceito de desenvolvimento regional destaca as relações e as formas locais de integração como fatores determinantes no processo de transformação socioeconômica das regiões.

[...] a consciencialização das pessoas é uma variável endógena extremamente importante, uma condição fundamental para iniciar um correto processo de regionalização, no qual se possa apoiar uma política de desenvolvimento regional. [...] neste processo tem o ensino, sobretudo o ensino superior, um papel relevante a desempenhar. A educação está na base da consciencialização e esta na da participação. (CABUGUEIRA, 2000, p. 26).

O desenvolvimento regional resulta de um processo de mudança social sustentada que tem como finalidade última o progresso permanente da região, da comunidade regional

como um todo e de cada indivíduo residente nela (BOISIER, 1996). O processo de desenvolvimento social, que ocorre por meio das políticas públicas do Estado, encontra nas universidades uma possibilidade para se trabalhar essa questão, não que elas sejam executoras do papel do Estado, mas são órgãos alternativos de extensão de políticas que beneficiam as comunidades, pois utilizam a produção de conhecimento, a troca de saber, as pesquisas, os programas, a formação de capital humano, fazendo com que as mesmas participem e influenciem nos processos, histórico e cultural de uma sociedade.

O desenvolvimento social aqui proposto vincula-se às oportunidades sociais, as quais os indivíduos têm o direito de gozar, principalmente, aquelas ligadas aos processos educacionais e à escolarização formal, que, de certa forma, oportunizam a inserção social e econômica permitindo aos indivíduos moldar seus próprios destinos e ajudar uns aos outros, o que garante ao território um nível de desenvolvimento sustentado no crescimento qualitativo dos bens e serviços (SEN, 2008). Tem-se como foco a qualidade de vida das pessoas e, portanto, justiça e desenvolvimento, com a defesa da igualdade e da expansão de capacitações.

O desenvolvimento é, nos seus termos mais simples, um processo de mudança para melhor, (SOUZA, 2007) um processo incessante de busca de mais justiça social e melhor qualidade de vida para o maior número possível de pessoas. Dessa forma, o desenvolvimento proposto vai além da relação entre o crescimento econômico e distribuição de renda, mas acompanhado de uma mudança no âmbito dos valores e da cultura de uma sociedade (FURTADO, 2008), bem como, na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercerem ponderadamente sua condição de agente. (SEN, 2008).

Uma abordagem que só toma como base as rendas e recursos de que uma pessoa dispõe para avaliar seu nível de vida, e que não leva em conta informações relevantes sobre a relação entre a renda que se tem e o que realmente se pode realizar a partir dela, é tão útil quanto ineficiente.

### **2.3.1 Liberdades Instrumentais**

A avaliação do desenvolvimento não pode ser dissociada da vida que as pessoas podem levar e da verdadeira liberdade que desfrutam. O desenvolvimento dificilmente pode ser visto apenas com relação ao melhoramento de objetos inanimados de conveniência, como um aumento do PIB (ou da renda pessoal) ou a industrialização – apesar da importância que possam

ter como meios para fins reais. Seu valor precisa depender do impacto que ele tem na vida e liberdades das pessoas. (SEN, 2011).

Sen coloca em foco as liberdades como meios e fins para a promoção do desenvolvimento. Isto quer dizer que tanto o desenvolvimento se define como um processo de expansão das liberdades das pessoas, quanto estas liberdades servem de instrumentos efetivos para o desenvolvimento.

Em seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, Amartya Sen discorre sobre várias liberdades instrumentais que contribuem, direta ou indiretamente, para a liberdade global que os sujeitos têm para viver como desejariam. Cinco tipos distintos de liberdade foram enfatizadas pelo autor: Liberdades Políticas; Facilidades Econômicas, Oportunidades Sociais; Garantias de Transparência e, Segurança Protetora, demonstradas na imagem abaixo.

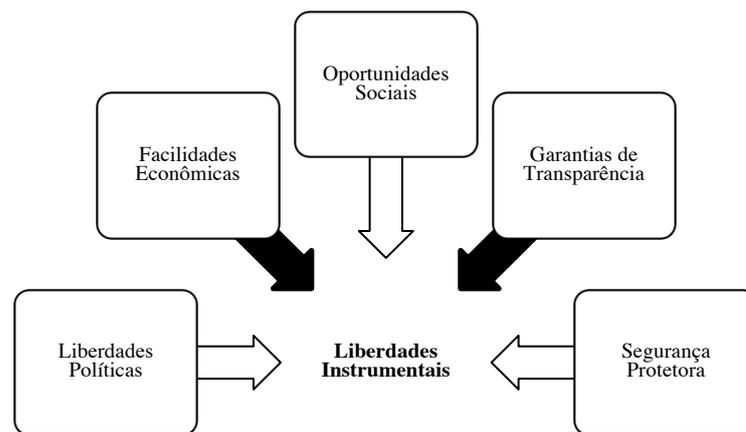


Figura 1 Liberdades Instrumentais.  
Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Essas liberdades instrumentais tendem a contribuir para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, apresentando também o efeito de complementarem umas as outras. Sen (2010) afirma que “embora a análise do desenvolvimento deva, por um lado, ocupar-se dos objetivos e anseios que tornam essas liberdade instrumentais consequentemente importantes, deve ainda levar em conta os encadeamentos empíricos que vinculam os tipos distintos de liberdade um ao outro, reforçando sua importância conjunta”. Essas relações são essenciais para uma compreensão mais plena do papel instrumental da liberdade, considerando-se que a liberdade não é apenas o objetivo principal do desenvolvimento, mas seu meio principal.

A progressiva observância destas cinco liberdades é o caminho apontado por Amartya Sen para se obter o “desenvolvimento como liberdade”. No entender de Sen, a

liberdade é um poder do agente; o poder de desempenhar atividades e atingir estados considerados valiosos (ANDRADE *et al*, 2016). Ela é essencial ao desenvolvimento como liberdade, pois se associam aos meios usados para se atingirem os estados finais desejados. Apresenta-se abaixo, o caráter contextual das liberdades instrumentais.

As chamadas *liberdades políticas*, grupo em que se incluem os direitos civis garantidos, relacionam-se ao processo político. É a capacidade que os cidadãos possuem para fazerem suas escolhas políticas, as regras destas escolhas e a capacidade de os cidadãos poderem se eleger. Além disso, estão inclusas nesta noção todos os direitos que subjazem ao aspecto de cidadania em um Estado democrático: a possibilidade de fiscalizar os atos do governo, de se constituir uma oposição e de se criticar o governo e suas autoridades, a existência e manutenção de mais de um partido político que possa concorrer às eleições e assim se mostrar como uma força opositora, a garantia da liberdade de expressão política e de imprensa sem censura. (SEN, 2010).

Sen (2010) não deixa de salientar os aspectos positivos que um governo democrático possui. O principal deles é a necessidade de manter a confiança do eleitorado para as causas mais emergenciais, sob pena de não angariar a força necessária suficiente para a continuidade dos mandatos eletivos. Assim, o primeiro aspecto em prol de oportunizar a condição de agente dos cidadãos é a existência de uma ordem política e institucional capaz de eleger representantes e permitir a manifestação da insatisfação pessoal e dos grupos de eleitores.

A segunda liberdade instrumental proposta por Amartya Sen como corolário ao desenvolvimento são as *facilidades econômicas*. Estas correspondem as oportunidades conferidas aos sujeitos para utilizar os seus recursos econômicos tendo como propósito o consumo próprio, a produção ou a troca, fatores que variam dependendo do grau de recursos que o indivíduo disponha. A relação entre a economia e a população de um país constitui uma teia na medida em que o aumento ou diminuição de riqueza e de renda do país reflete diretamente na vida de sua população.

Amartya reconhece a importância do mecanismo de facilidade econômica como meio gerador de riquezas, citando o exemplo da disponibilidade de financiamento e o seu acesso a ele, o que proporciona um aprimoramento em todos os setores da cadeia produtiva, favorecendo desde uma pequena empresa que necessita de microcrédito até uma multinacional. Ressalta a necessidade de haver uma ética dos negócios que fomente a confiança entre os partícipes dos mercados. Suas observações, todavia, não deixam de tecer críticas exatamente ao *modus operandi* econômico e financeiro padrão que possibilitam concentração de renda àqueles que dispõem de mais recursos. (SEN, 2011).

*Oportunidades sociais* constituem um importante elo na cadeia de pensamento do autor indiano. Elas são responsáveis por eliminar as maiores distorções em uma sociedade ao garantir serviços essenciais ao desenvolvimento social e humano, como saúde e educação. Incluem o direito à informação em todos os níveis, principalmente nas esferas públicas. (SEN, 2010).

Interessante verificar que as duas liberdades anteriores congregam aspectos coletivos, pensando primeiramente no âmbito social. Quando se trata de oportunidades sociais, o foco é retirado da sociedade para a pessoa, ainda que a primeira seja diretamente beneficiada. Com efeito, relacionam-se à liberdade substantiva dos indivíduos, que colaboram para a vida privada – evitando-se mortes prematuras, garantindo-se um desenvolvimento físico e mental mais saudável, proporcionando a educação básica que é essencial para que o indivíduo se reconheça como cidadão e possa gozar e exigir seus direitos de modo pleno – e terão como reflexo uma maior participação na vida política e econômica. (SEN, 2010). Sen dá o exemplo do analfabetismo que cria uma dupla impossibilidade: econômica, uma vez que limita o processo de especialização do trabalho tão intrínseco na atualidade, além de também criar óbice à participação política, uma vez que inviabiliza a busca por informação.

A quarta categoria de liberdades se relaciona à confiança, elemento intrínseco e presumido da constituição da sociedade. Esta é uma noção extraída das doutrinas contratuais na qual se admite que a formação do Estado ocorreu mediante um pacto realizado entre os indivíduos, cujo elemento fundamental se resume na outorga de alguns direitos visando a obtenção de algum benefício graças ao estabelecimento de uma autoridade pública. Sen (2010) denomina esta categoria de *garantia de transparência*, ou seja, de que a clareza e a publicidade são consectários de todos os atos e negócios realizados na esfera pública. A inexistência da confiança limita o agir livre dos cidadãos: a transparência tem um papel instrumental como inibidor da corrupção, da irresponsabilidade financeira e também de transações ilícitas.

O último elemento que constitui a categoria das liberdades instrumentais tem relação com possíveis vulnerabilidades de todas as ordens com reflexo direto na vida das pessoas. Populações menos favorecidas são muito sensíveis a quaisquer mudanças bruscas que gerem privações. Assim, a *segurança protetora* visa proporcionar uma rede de proteção social que impeça que a população afetada seja levada à miséria ou que obtenha algum auxílio temporário durante um período desfavorável. Comporta aqui uma noção assistencial, que pode ter existência fixa – isto é, reconhecida por lei e, portanto, prevista, como nos casos de auxílio desemprego, assistência aos indigentes, auxílios em caso de acidente, entre outros – ou ainda

pode ser acionada em casos não previstos – uma medida *ad hoc* em situações de calamidade pública, como distribuição de alimentos e remédios. (SEN, 2010).

Além da assistência, o economista chama a atenção para a previdência social, que garante por alguns meses o rendimento dos trabalhadores em caso de perda de seus empregos. A segurança protetora é uma tentativa de minimizar o impacto causado por mudanças inesperadas.

As cinco liberdades instrumentais citadas formam a noção mais primordial para um desenvolvimento social lastreado na conquista da liberdade. Para Sen (2010), o aprimoramento de cada uma destas áreas tem como reflexo direto o potencial aperfeiçoamento da capacidade de agente das pessoas. Todas elas estão contiguamente conectadas, suplementando-se de forma mútua; sua evolução, evidentemente, não ocorrerá em igual medida, pois as sociedades variam entre si e cada qual possui o seu próprio desafio (SEN, 2010). O olhar de Amartya, portanto, não privilegia tão somente o desenvolvimento econômico. Ele é uma parte importante para o financiamento das outras liberdades, mas não deve ser tomado como único foco de um governo.

Evidencia-se, assim, a necessidade de políticas públicas que possam democratizar o acesso ao ensino superior, expandindo a oferta de vagas para regiões menos favorecidas economicamente e com sujeitos com maior dificuldades de acesso a essa oportunidade.

### 3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Após a apresentação da fundamentação teórica, apresentar-se-á nessa seção os aspectos metodológicos utilizados para o presente estudo, bem como as etapas que conduziram aos resultados finais da pesquisa.

#### 3.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso teórico-empírico, de natureza qualitativa, do tipo descritivo e interpretativo e realizado sob a perspectiva de tempo transversal.

No que tange à abordagem da pesquisa, configura-se como qualitativa, ancorada teoricamente no interacionismo simbólico, que trata do estudo dos significados subjetivos e da construção individual de significado (FLICK, 2009). Essa abordagem considera os significados dos objetos, experiências, eventos, etc., que os indivíduos possuem, formando o ponto de partida para a pesquisa. Segundo Flick (2009, p. 69), “a reconstrução desses pontos de vistas torna-se o instrumento para a análise das esferas sociais”.

A pesquisa qualitativa possibilita ao investigador entender os fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos da situação em estudo para, com base nisso, formular as interpretações. A mesma pode ser justificada em virtude de que a mudança social acelerada e a conseqüente diversificação das esferas da vida fazem com que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentem novos contextos e perspectivas sociais. (FLICK, 2009).

De acordo com Godoy (2006), o estudo de caso busca compreender uma situação em profundidade, um caso intrínseco, instrumental ou coletivo (MAZZOTTI, 2006). Nessa investigação, apresenta-se um estudo de caso coletivo que examinará conjuntamente alguns casos para investigar um dado fenômeno, podendo ser visto como um estudo instrumental estendido a vários casos. Pode-se adotar como análise de um caso, pessoas, comunidade sociais, organizações e instituições. (FLICK, 2009).

O objeto de estudo aqui pesquisado apresenta-se como um fenômeno contemporâneo, completo, atraente e com evidências suficientes para que se possa entendê-lo, descrevê-lo e analisá-lo, como um estudo de caso. (MAZZOTTI, 2006).

Os estudos de caso são especialmente úteis quando o pesquisador deseja compreender os processos e as interações sociais que se desenvolvem dentro de um contexto histórico no qual estão imersos (GODOY, 2006). A utilização desse método de estudo, permitiu a compreensão das contribuições da UFSC no desenvolvimento da região da AMESC por meio da análise dos significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos no processo.

Tornou-se necessária uma pesquisa bibliográfica estruturada, buscando-se assim, fundamentos que pudessem servir de referência para o desenvolvimento do assunto em questão. Salienta-se que a pesquisadora realizou um mapeamento do tema universidade e desenvolvimento regional, com o propósito de apoiar a presente pesquisa na análise qualitativa e quantitativa de artigos de reconhecimento científico e relevantes para o tema proposto. O instrumento utilizado para a realização da bibliometria foi o *Knowledge Development Process Constructivist (Proknow-C)*.

Após a realização do processo, fora selecionado um conjunto de artigos disponíveis em bases de dados internacionais, possibilitando a construção de um portfólio bibliográfico, conjunto restrito de artigos científicos e relevantes (ENSSLIN, S. *et al.*, 2014) e, posteriormente, a realização de uma análise bibliográfica, obtendo-se como resultado: (i) elaboração de um portfólio bibliográfico composto por 19 artigos científicos internacionais alinhados ao tema; (ii) a análise bibliométrica permitiu identificar os principais autores, artigos, periódicos e principais palavras-chave referentes ao assunto.

No que se refere aos autores mais recorrentes no conjunto de artigos analisados, A. H. Goldstein, J. Goddard e N. S. Fongwa são considerados destaques no portfólio por contribuírem com 2 artigos escritos. Nas referências dos artigos do portfólio bibliográfico, destacaram-se H. L. Smith, que figurou em 5 trabalhos das referências e H. A. Goldstein, com 4 trabalhos.

No que tange aos artigos do portfólio bibliográfico, o trabalho que possui o maior número de citação foi elaborado pelos autores Bramwell; Wolfe (2008), com 490 citações, intitulado *Universities and regional economic development: The entrepreneurial University of Waterloo*. Em relação aos artigos das referências do portfólio bibliográfico, os de maior destaque são o *Universities and regional economic development: The entrepreneurial University of Waterloo*, de A. Bramwell e D. A. Wolfe (2008), que possui 490 citações e o artigo *University spillovers and new firm location* dos autores D. B. Audretsch, E. E. Lehmann e S. Warning, com 496 citações. Ao realizar-se o cruzamento das informações referentes ao número de citações do artigo (*Google Scholar*) com o número de citações dos autores nas referências desses artigos, percebe-se que o destaque vai para o trabalho publicado por J.

Drucker e H. Goldstein, *Assessing the regional economic development impacts of universities: A review of current approaches*.

O periódico *Environment and Planning C: Government and Policy*, destacou-se, tanto no portfólio bibliográfico, como também, nas referências desses artigos. Contudo, o periódico que obteve maior fator de impacto JCR foi o *Research Policy*, com índice 4.495 e o periódico com maior fator de impacto SJR foi o *Journal of Economic Policy Reform*, com o índice de 3.62.

Quanto às palavras-chave mais utilizadas na pesquisa, *Regional Development*, *Universities* e *Higher Education* são as mais frequentes. Salienta-se que as mesmas foram utilizadas nos eixos de pesquisa, definidas pela autora.

Considerando a natureza do objetivo deste estudo de caso, o mesmo classifica-se como descritivo, caracterizado quando o estudo apresenta um relato detalhado de um fenômeno social; combinado ao estudo interpretativo que, além de conter uma rica descrição do fenômeno estudado, busca encontrar padrões nos dados e desenvolver categorias conceituais.

Por ser uma temática pouca pesquisada e tendo a intenção por respostas de modo a concretizar os objetivos propostos, utilizou-se da pesquisa exploratória. Parte-se de uma temática inovadora, em que o objeto de estudo é passível de investigação, assim como tudo o que está relacionado a ele.

Outra característica do método utilizado é o seu caráter indutivo. Os pesquisadores usam pressupostos, conceitos e noções prévias, quando buscam significados atribuídos pelos atores sociais ao evento determinado. Isso reforça a ideia que o pesquisador não inicia as investigações com a mente vazia, pois a pura indução seria impossível.

Por fim, esse estudo apresenta uma perspectiva transversal, na medida em que, se analisam um ponto específico num dado contexto histórico. A pesquisa em comento foi realizada em curto período de tempo, com sujeitos egressos da Universidade Federal de Santa Catarina, Campus Araranguá, entre os anos de 2009 a 2018.

### 3.2 OBJETO DE ESTUDO

Definiu-se nessa pesquisa, como referência de investigação, o Campus da Universidade Federal de Santa Catarina, na cidade de Araranguá, Santa Catarina. Como área

de abrangência têm-se a região da AMESC, composta por quinze municípios. Para análise foram considerados os significados atribuídos pelos sujeitos participantes da pesquisa.

O Campus Araranguá, tomado como objeto da pesquisa, está localizado na Região da AMESC, situada entre o Oceano Atlântico e a Serra Geral no Extremo Sul do Estado de Santa Catarina, no lado sul e oeste faz divisa com o estado do Rio Grande do Sul, a leste com o Oceano Atlântico e ao norte com a região da AMREC (Associação dos Municípios da Região Carbonífera). A Região é constituída por quinze municípios, e tem uma população de 204.380 habitantes. (IBGE, 2020).

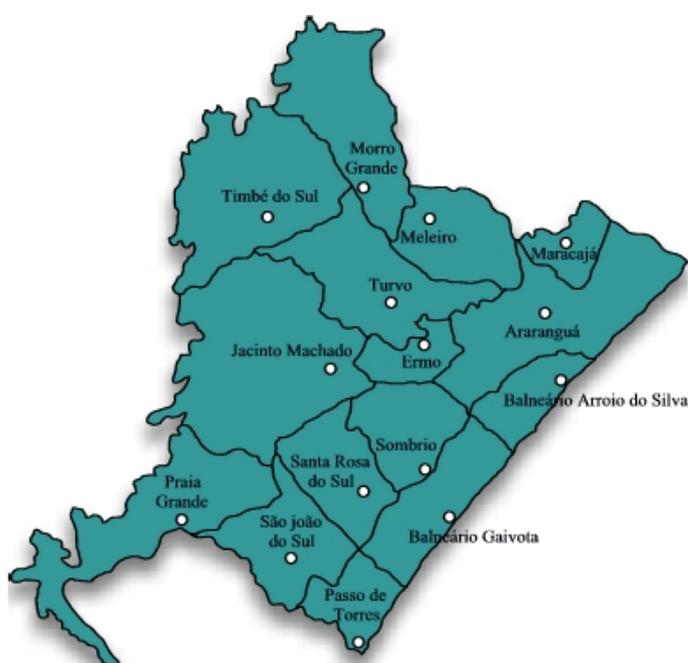


Figura 2 Mapa da Região da Amesc.  
Fonte: AMESC, 2019.

Considera-se, por meio das características marcantes dos municípios que compõem a Região, que a mesma se enquadra como uma região mais ruralizada em comparação com o Estado. Dos quinze municípios, treze têm uma população inferior a 20 mil habitantes (IBGE, 2020). Araranguá é o município mais populoso, com 68.867 habitantes (IBGE, 2020), colocando-o como “centro regional”.

A base da economia baseia-se na agropecuária, composta por pequenas propriedades rurais, prevalecendo a força do trabalho familiar. Na atualidade, arroz e fumo, mas também banana em menor grau, destacam-se na comercialização. Na pecuária, a bovinocultura de leite e, principalmente, a criação de frangos de corte e produção de ovos, exigem considerável importância. A indústria é o setor que mais emprega no extremo sul, com

percentual superior à média catarinense, escala em que os serviços aparecem como o grupo mais empregador. Araranguá e Sombrio concentram a maior atividade industrial da região. (LINS; SANTOS, 2013).

Os municípios litorâneos apresentam os maiores níveis de urbanização: Araranguá, Balneário Gaivota, Passo de Torres e Sombrio (LINS; SANTOS, 2013). Isso representa problemas para a região, diante das carências de infraestrutura, imóveis urbanos, emprego e educação.

Em relação à escolaridade, 54% da população da região não possui o ensino Fundamental completo, sendo que apenas 6% possui o ensino Superior completo (ESTEVAM; JORDE; SALVARO, 2014). O percentual de rendimentos dos trabalhadores se mostra inferior à média estadual, sendo que a maioria depende diretamente da agricultura, pecuária e pesca.

A responsabilidade com o desenvolvimento da região da AMESC pode ser percebida na missão da IES: “Gerar, socializar e aplicar conhecimentos oferecendo ensino, pesquisa e extensão, inovando na formação de cidadãos e contribuindo para o desenvolvimento sustentável regional” (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2019).

O *Campus* Araranguá da UFSC abriga o Centro de Ciências, Tecnologias e Saúde, que conta com cinco cursos de Graduação (Tecnologias da Informação e Comunicação – Engenharia de Energia – Engenharia de Computação – Fisioterapia e Medicina), quatro cursos de Pós-Graduação (Mestrado em Tecnologias da Informação e Comunicação – Mestrado Profissional em Ensino de Física – Mestrado em Energia e Sustentabilidade e Mestrado em Ciências da Reabilitação), aproximadamente mil e trezentos alunos, 150 servidores e gera em torno de 30 empregos indiretos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, 2019).

As atividades da universidade são desenvolvidas em duas Unidades: a Unidade Jardim das Avenidas (Rod. Gov. Jorge Lacerda, 3201, Jardim das Avenidas – Araranguá/SC - CEP: 88.906-072) abriga os cursos de graduação e os setores administrativos, e a Unidade Mato Alto (Rua Pedro João Pereira, nº 150, Mato Alto – Araranguá/SC - CEP: 88.905-120) acolhe as pós-graduações e alguns laboratórios de pesquisa.

### 3.3 COLETA DE DADOS

Tratando-se de pesquisa qualitativa, os sujeitos foram escolhidos por amostra intencional. Segundo Godoy (2006) a quantidade de entrevistados no estudo de caso não segue

uma regra estatística. Todavia, a autora explica que essa decisão cabe ao pesquisador, que, conduzindo conjuntamente o processo de coleta e análise dos dados, decidirá quando ocorreu a saturação dos dados.

Os sujeitos participantes serão essenciais para a compreensão do problema estudado. González Rey (2005) concebe que o pesquisador não se apropria da realidade, mas gera inteligibilidade no conjunto das informações produzidas na pesquisa, amparado pelo suporte teórico.

Assim, foram selecionados, 17 (dezesete) egressos de cursos de graduação presenciais da Universidade Federal de Santa Catarina, *Campus* Araranguá, que sejam munícipes de um dos municípios que compõem a região da AMESC. São parte dessa amostra: 09 (nove) egressos do Curso de Graduação em Fisioterapia, 05 (cinco) do Curso de Graduação em Tecnologias da Informação e Comunicação e 03 (três) egressos do Curso de Graduação em Engenharia de Energia.

A escolha dos três cursos foi feita de modo intencional, considerando a facilidade de contato com os egressos que participaram da pesquisa. Ressalta-se que os cursos selecionados estão entre os primeiros autorizados, juntamente com o credenciamento do *Campus*.

O estudo fora realizado em duas etapas. A primeira, abrangeu a pesquisa bibliográfica e documental: elaboração de um portfólio bibliográfico e busca de informações em documentos e arquivos institucionais que orientassem as investigações mais profundas.

A segunda etapa da pesquisa compreendeu a coleta de dados primários por meio de entrevistas com roteiros semiestruturados, com o objetivo de conhecer o fenômeno em estudo sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos. Ela é utilizada para identificar dados descritivos na fala dos sujeitos, que possibilitam ao investigador desenvolver uma interpretação sobre os significados que estes atribuem à realidade. (GODOY, 2006).

A elaboração do roteiro de entrevistas seguiu as orientações do referencial teórico, a perspectiva do problema da pesquisa, o objetivo geral e os específicos (Apêndice 1).

### 3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

Considerando que a coleta dos dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Essa estratégia é considerada um método empírico, que para Bardin (2016, p.41) implica em “uma análise dos significados”.

“A análise de conteúdo visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica, etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares” (BARDIN, 2016, 50).

Bardin (2016) disserta que para uma aplicabilidade coerente do método, de acordo com os pressupostos de interpretação das mensagens e dos enunciados, a análise de conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização, respeitando-se as fases de análise de conteúdo organizadas da seguinte forma:

- A pré-análise: nesta fase objetiva-se a sistematização das ideias iniciais para que o pesquisador possa conduzir as operações sucessivas de análise. Num plano inicial, além da escolha dos documentos a serem submetidos à análise, também deve-se formular as hipóteses para posterior elaboração de indicadores para interpretação final.
- A exploração do material: consiste na exploração do material com a definição de categorias (sistemas de codificações) e a identificação das unidades de registro (unidade de significação codificada e corresponde ao segmento de conteúdo considerado unidade base, visando a categorização e a contagem frequencial) e das unidades de contexto nos documentos (unidade de compreensão para codificar a unidade de registro que corresponde ao segmento da mensagem, a fim de compreender a significação exata da unidade de registro).
- O tratamento dos resultados: esta última fase é destinada ao tratamento dos resultados, que consiste na condensação e no destaque das informações para a análise, culminando nas interpretações inferenciais, sendo o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica.

Bardin (2016) esclarece que a análise de conteúdo é um processo que visa analisar as comunicações, por meio de indicadores objetivos que permitem inferir informações necessárias à produção de novas mensagens. Ainda, a autora destaca que o que se busca na análise de conteúdo em pesquisas qualitativas não são as frequências com que as informações aparecem na coleta de dados, mas sim as características e sutilezas que são levadas em consideração.

Buscando a percepção dos sujeitos egressos da UFSC e envolvidos com as políticas de desenvolvimento da região foram realizadas entrevistas semiestruturadas. Importante destacar que com a coleta dos dados por meio da pesquisa documental e bibliográfica, e com as entrevistas semiestruturadas, a interpretação por meio da análise de conteúdo serviu de base para a resolução da questão problema da pesquisa, identificando-se assim, as contribuições da UFSC para o desenvolvimento regional da AMESC.

Com intuito de garantir as questões éticas que envolvem a pesquisa na qual ocorre a interação do pesquisador com os sujeitos pesquisados, durante a transcrição, apresentação e análise dos dados, foram garantidos o sigilo absoluto das informações e anonimato dos entrevistados, pactuado através do termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice 2).

### 3.4.1 Categorias de Análise

Na análise dos dados considerou-se a perspectiva defendida por Sen (2010) enfatizando em seus estudos que os papéis instrumentais da liberdade incluem cinco componentes (Figura 3), na pesquisa denominados *Categorias*, que inter-relacionadas, podem influenciar o desenvolvimento.

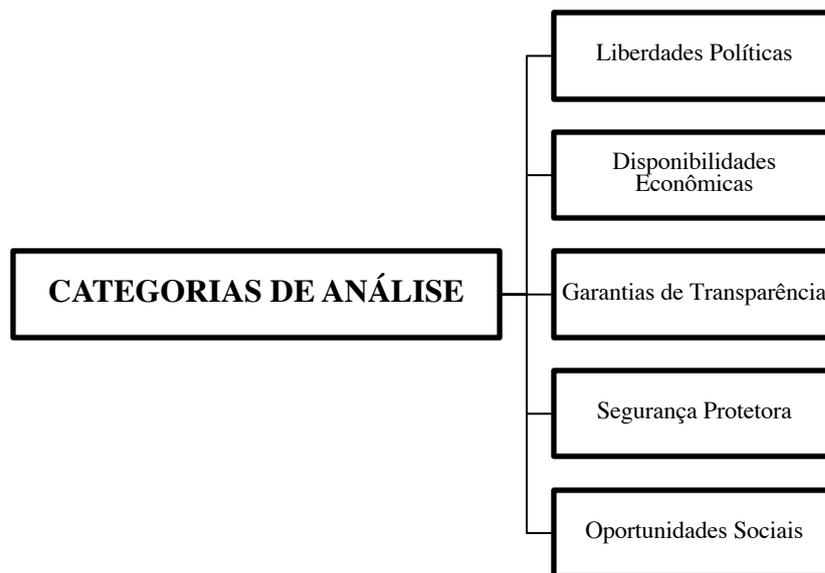


Figura 3 Categorias de Análise.  
Fonte: Elaborada pela autora, 2021.

Inicialmente, realizou-se uma leitura atenta das respostas das entrevistas, seguindo a ordem das questões. Posteriormente, foram destacadas as ideias centrais de cada entrevistado para cada pergunta. Dando continuidade, elaborou-se uma tabela com a listagem das respostas por perguntas, enquadrando-se as afirmativas nas categorias de análise definidas. Por fim, realizou-se um alinhamento dos principais pontos do referencial teórico com as respostas dos entrevistados.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

No presente capítulo são apresentados e discutidos os resultados obtidos no decorrer da pesquisa. Os sujeitos envolvidos no estudo apresentaram-se bastante solícitos e envolvidos com a temática, buscando contribuir ao máximo com os questionamentos e indagações.

Desenvolveu-se uma construção teórico-metodológica sob a ótica da abordagem do desenvolvimento como liberdade, defendido pelo economista Amartya Sen, para se analisar o desenvolvimento regional. Para isso, num primeiro momento, categorizou-se todas as respostas fornecidas pelos entrevistados a partir das cinco liberdades instrumentais defendidas pelo autor, possibilitando o levantamento das contribuições e oportunidades agregadas à região da AMESC, com a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina, em Araranguá.

Serão discutidos os resultados, como forma de apontar as contribuições elencadas pelos entrevistados. Assim, apresentar-se-á o capítulo dividido em cinco tópicos: Liberdades Políticas, Disponibilidades Econômicas, Oportunidades Sociais, Garantias de Transparência e Segurança Protetora. Ao término, será possível observar aspectos relevantes que possibilitaram o desenvolvimento regional, sob influência e contribuições geradas pela UFSC.

***Liberdades Políticas:*** as escolhas políticas pessoais estão presentes nas falas dos entrevistados que apontaram as possibilidades, por meio das políticas públicas, de acesso ao ensino gratuito, tendo a opção de escolherem entre cursos que não poderiam pagar, caso não fosse a instalação da Universidade Federal de Santa Catarina, *Campus* Araranguá.

As Liberdades Políticas se revelam notoriamente na forma de liberdade de expressão e de eleições livres. Facilitam a atuação política do indivíduo e possibilitam meios de controle e cobrança dos gestores. Referem-se as oportunidades que cada um tem de decidir quem deve governar e quais princípios devem reger esse governo. (SEN, 2010).

Abrangem também a possibilidade de vigiar e criticar as autoridades, como forma de controle da gestão, que deve ser conduzida de acordo com os princípios escolhidos pelo povo e expressos no texto constitucional do país, a oportunidade de gozar da liberdade de expressão política e de uma imprensa sem censura prévia, a liberdade de escolher entre diferentes partidos políticos, entre outros. (SEN, 2010).

Esse tipo de liberdade instrumental compreende, pois, a democracia em seu sentido mais amplo, abrangendo diálogo nas esferas políticas e participação no processo de escolha das lideranças e gestores.

A partir de ações e programas criados pelo governo, a educação de qualidade chegou até a região de Araranguá, que é afastada dos grandes centros, garantindo o acesso à educação gratuita para quem não tinha condições de ir para uma capital estudar. (EGRESSO 15, 2019).

A promoção das políticas públicas é de responsabilidade primordial do Estado cuja missão básica nas sociedades democráticas é a realização do bem comum, ou seja, o bem de todos (SEN, 2010). As políticas de desenvolvimento orientadas pela valorização, expansão e promoção do capital humano e comprometidas com a dinâmica da democracia precisam estar profundamente integradas e associadas às políticas sociais que visam corrigir as desigualdades sociais e econômicas, fomentar o exercício dos direitos fundamentais, especificamente o acesso à educação, à saúde, ao trabalho e aos mecanismos de informação, participação e decisão. Os cidadãos precisam viver e atuar na sociedade na condição de agentes ativos, desenvolvendo as suas capacidades. (SEN, 2010).

A consolidação de Araranguá como um polo universitário foi um fator importantíssimo para o crescimento e transformação econômica e social de toda a região da AMESC. A ação partiu de uma política pública que priorizou a formação e qualificação do cidadão, em prol das mudanças necessárias à melhoria das condições de vida da população. (EGRESSO 02, 2019).

Relatos incitam, além do acesso à educação pública, o desenvolvimento da criticidade e a oportunidade que cada egresso possui para participar de projetos comunitários, o que favoreceu a integração dos mesmos com ações institucionais e democráticas, em parceria com a sociedade civil. Tais liberdades servem como instrumentos para que o indivíduo aumente a sua liberdade substantiva total. (SEN, 2010).

Segundo a fala de um dos formados,

[...] as políticas públicas educacionais são essenciais para o desenvolvimento regional. Não apenas o regional, como em todo o território nacional. Em um país com tamanha desigualdade social é imprescindível a atuação do governo. Fato importante é a nossa atuação dentro da universidade que possibilita aos acadêmicos participar das decisões políticas da UFSC, construindo juntos políticas e projetos que auxiliem na formação de pessoas que não conseguem entrar na instituição [...]. (EGRESSO 11, 2019).

Percebe-se que os acadêmicos da UFSC possuem oportunidades de participar nos centros acadêmicos e colegiados dos Cursos de Graduação, o que gera condições de exercerem um posicionamento mais crítico e ativo nas decisões e no planejamento da instituição de ensino.

Para Sen (2010), a liberdade consiste em estar livre para funcionar, para realizar suas capacidades. Não é ter uma mera liberdade ou garantia formal, é ter condições reais para eleger suas preferências e, efetivamente, sentir-se habilitado para buscar realizar os seus propósitos, bem como, contribuir com o apoio a medidas que proporcionem efetivas e dignas condições de vida a todos. Demonstra-se, assim, a possibilidade de aprendizagem gerada àqueles que buscam participação social, tendo o direito de liberdade de expressão política, aliada às oportunidades de votos nas escolhas da equipe gestora da instituição.

A afirmação do valor da pessoa como agente ativo nas sociedades democráticas demanda a sensibilidade de querer que seus talentos sejam percebidos ao longo da sua vida e, especificamente, nos espaços onde pode influenciar na mudança social. O direito de votar e ser votado, consagrado como símbolo do exercício da cidadania, é representativo do conjunto de direitos e obrigações que emanam dos membros de uma sociedade que têm a pessoa como sua prioridade. (SEN, 2010).

Alguns egressos pontuam as discussões de cunho político associados às críticas com relação ao andamento das atividades do *Campus*, haja vista que estão em diálogo constante com os gestores regionais em prol de parcerias e melhorias para a UFSC de Araranguá.

[...] Lutamos pelas mesmas oportunidades que outros formados tiveram em regiões diferentes das nossas. Consideramos que o *Campus* teve sua instalação recente, mas tivemos sempre que lutar pelos nossos direitos, pedindo investimentos de infraestrutura e melhorias nas aulas práticas, com a instalação de laboratórios adequados à nossa formação. Nem todos os acadêmicos lutavam por isso. Apenas uma parcela interessada. Mas todos eram convidados a participar de nossas reuniões. (EGRESSO 16, 2019).

Salienta-se, assim, que apesar de muitos egressos terem a oportunidade de manifestação, participação e liberdade de escolha, poucos são aqueles que preferem se envolver com os processos políticos. Isso confirma a percepção de Amartya Sen (2010) quando defende que a determinação de peso e escolha de variáveis devam ser feitas por meio de um amplo debate público e democrático.

Não fica evidente nas entrevistas que esse discurso de incentivo para participação ativa dos sujeitos esteja presente entre os gestores e responsáveis pela universidade. Contudo, a igualdade de oportunidades sugere a perspectiva da “capacidade”, que destaca a liberdade substantiva da qual as pessoas são portadoras para levarem suas vidas. (SEN, 2010).

Com relação à condição de não agente dos envolvidos, Sen (2010), defende a negação da legitimidade da organização social, da atuação das instituições, do sistema eleitoral

dentre outras instâncias. “Hoje me arrependo em não ter participado um pouco mais das ações desenvolvidas pela coordenação do Curso [...]. Sinto que eu poderia ter contribuído com muitas ideias, mas me sentia incapaz diante de tantas pessoas instruídas”. (EGRESSO 02, 2019).

O valor moral da liberdade e o direito fundamental de exercê-lo precisa ser uma prerrogativa irrenunciável dos líderes comprometidos com a justiça social e critério para a sua legitimidade moral e jurídica para sua própria atuação política (SEN, 2011). Nesse sentido, pode-se dizer que as liberdades substantivas que desfrutamos para exercer nossas responsabilidades são extremamente dependentes das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais. (SEN, 2010).

A valorização da liberdade tem sido um campo de batalha (SEN, 2011). Por mais que os direitos sejam fornecidos às pessoas, nem sempre valorizam ou se importam com os processos através dos quais essa realização acontece. A oportunidade que alguém desfruta é valiosa por, pelo menos duas razões: instiga a buscar novos objetivos e atribui importância ao próprio processo de escolha. (SEN, 2011).

Sen (2010, p. 201) afirma que a “formação bem informada e não sistematicamente imposta de nossos valores requer comunicação e diálogos abertos, e as liberdades políticas e civis podem ser centrais para esse processo”. Para expressar publicamente o que valorizamos e exigir que se dê a devida atenção a isso, precisamos de liberdade de expressão e escolha democrática. Assim, notório se faz os incentivos para a participação dos alunos no planejamento de ações institucionais. Contudo, evidencia-se pouca participação dos entrevistados, algo passível de questionamentos.

Lembro-me que todo o final do ano os alunos eram comunicados que deveriam participar das avaliações da instituição e dos seus cursos. Eu não tinha coragem de falar em público, mas no questionário de avaliação escrevia minhas sugestões e minhas críticas [...]. No início do ano seguinte era feita uma reunião em que se apresentavam os resultados e eram discutidas todas as ideias. (EGRESSO 01, 2020).

O desenvolvimento depende da condição de agente dos indivíduos, da sua faculdade de ação livre para se modificarem a si próprios e ao mundo que os cerca (SEN, 2010). A liberdade de expressão, em sentido político, é a possibilidade do sujeito de posicionar-se ideologicamente e nos processos de tomada de decisões e ter acesso às informações públicas. (SEN, 2010).

Neste sentido, evidencia-se a importância de determinados aspectos institucionais e pedagógicos da Universidade Federal de Santa Catarina, explicitados durante as entrevistas, que sugerem práticas que conduzem ao desenvolvimento como liberdade: o voto secreto como

instrumento de liberdade, a presença da mulher na vida política, a liberdade de expressão política e a possibilidade de participação na elaboração de políticas institucionais. Tais processos, articulam a conexão entre a capacidade que os egressos possuem de fazerem escolhas, a expansão das liberdades que os mesmos desfrutam com o reconhecimento social da importância da participação cidadã com vistas à garantia dos interesses públicos na tomada de decisões institucionais.

A compreensão do significado da qualificação *agente* para a averiguação qualitativa das políticas públicas é decisivo tanto para a avaliação dos investimentos necessários, quanto para a obtenção dos resultados esperados. A prerrogativa *condição de agente*, além de reafirmar o valor e a dignidade da pessoa, sublinha a opção pela orientação prioritária das políticas públicas a partir do capital humano, isto é, o cidadão tem direitos inalienáveis e o Estado tem o dever de garanti-los por meio de sua ampla estrutura de instituições, recursos, legislação e outras organizações ou acordos. (SEN, 2010).

O potencial da formação, segundo o Egresso15 (2019), “foi fundamental para o meu posicionamento enquanto profissional e incentivo enquanto cidadão araranguaense, não conformado com muitas das realidades vivenciadas no município onde resido”. Além do auto interesse, comprometeu-se em participar de ações políticas comunitárias contemplando, assim, seu compromisso democrático com a construção do bem comum. É fundamental o papel das liberdades políticas no fornecimento de incentivos e informações na solução de necessidades econômicas sociais, pois entende-se que a melhora nas necessidades econômicas passaria necessariamente por discussões públicas e debates públicos abertos. (SEN, 2010).

O custeio público é uma importante ferramenta para a expansão das liberdades e precisa ser adotado independentemente do crescimento econômico. A expansão da educação básica e da atenção à saúde, que reduzem a mortalidade e aumentam a expectativa de vida, não pode esperar a elevação de renda *per capita* real, segundo Sen (2010). É preciso ir das prioridades à provisão dos serviços sociais que ampliam as liberdades instrumentais.

O processo conduzido pelo custeio público é uma receita para a rápida realização de uma qualidade de vida melhor, e isso tem grande importância para as políticas, mas permanece em excelente argumento para passar-se daí a realizações mais amplas que incluem o crescimento econômico e a elevação das características clássicas da qualidade de vida. (SEN, 2010).

A instalação da UFSC na região da AMESC é evidenciada como propulsora de possibilidades para a região, para a população e para o crescimento pessoal de cada um dos

entrevistados. “Difícilmente teríamos acesso ao ensino superior e à Universidade se não fosse a oportunidade gerada por um ensino público gratuito”. (EGRESSO 02, 2019).

A efetivação dos direitos políticos – e da democracia – é vista não apenas como um meio do desenvolvimento, mas também como partes constitutivas dos fins do desenvolvimento. Além do mais, o seu exercício contribui para fazer com que o Estado seja mais responsável ao atendimento de suas funções. (SEN, 2010).

***Disponibilidades Econômicas:*** as facilidades econômicas dizem respeito ao poder dos agentes usarem recursos econômicos, fazerem transações econômicas, terem acesso à renda e ao crédito, etc. No caso dos entrevistados, todos pontuam as variadas possibilidades econômicas proporcionadas pela formação profissional na região em que se formaram e que atuam profissionalmente: “a economia da região da AMESC melhorou muito com a vinda da Universidade Federal de Santa Catarina para Araranguá”. (EGRESSO 10, 2019).

As oportunidades de participar no comércio e na produção são condições predominantes entre os entrevistados. Elas dizem respeito às capacidades que os indivíduos dispõem para utilizar recursos econômicos para produção, consumo ou troca. As capacidades econômicas que uma pessoa possui dependem inicialmente dos recursos que dispõe, mas também de outras condições externas, tais como condições de troca e preços (SEN, 2010). Na perspectiva do desenvolvimento aqui adotada, na medida em que o processo de desenvolvimento de uma região avança, com aumento de riqueza e renda, este deve refletir no crescimento das capacidades ou liberdades econômicas daqueles que nela habitam.

As mudanças no ramo imobiliário, lazer, mão de obra especializada e comércio são visíveis na região da AMESC. Observamos muitos empreendimentos e oferta de serviços, antes não encontradas em nenhum dos municípios. O resultado de muitas mudanças possibilitou a abertura de muitas vagas de emprego. (EGRESSO 08, 2020).

Refletindo sobre o citado acima, observa-se que além da geração de empregos para os formados residentes da região e a possibilidade de construírem escolhas pessoais, pode-se observar uma migração forte de profissionais oriundos de outras regiões, bem como, a diversificação de serviços que surgiram na AMESC. Isso demonstra um propósito importante que a própria universidade possui com relação ao desenvolvimento econômico da região, na medida que estimula novos projetos de negócios, bem como, a qualificação dos serviços já existentes.

Com a presença da UFSC, aumentou o número de moradores de Araranguá. Pessoas que vieram de longe estudar aqui. Estudei com pessoas de São Paulo, Bahia, que vieram exclusivamente para estudar. Isso aumentou a procura de aluguéis, recreação, restaurantes, etc. O comércio ganha com isso e a população também, pois conseguem emprego. (EGRESSO 16, 2019).

O mesmo pontua que as possibilidades geradas após a formação foram inúmeras e que ainda pode optar por empregos que mais agregaram valores para sua vida. Além da empregabilidade, fora possível constatar que muitos já conseguiram iniciar um projeto de vida pessoal, investindo e adquirindo imóveis, consultórios e carros. Quanto maior o número de opções ao alcance da escolha do agente, melhor para o agente. (PINHEIRO, 2012).

Segundo o EGRESSO 03 (2019) fora possível, após formação, a sua “permanência na AMESC, pois em municípios pequenos torna-se difícil conseguir um bom emprego. Consegui conquistar uma profissão e um bom negócio, mas sem a UFSC talvez não estivesse mais próximo da minha família, não estivesse mais em Araranguá”.

Muitas fontes de privação das liberdades reais das pessoas estão relacionadas com a pobreza, com a intolerância, com a negligência dos serviços públicos, com a tirania, com a interferência opressora de alguns Estados e com a carência de oportunidades educacionais, sociais e econômicas. Quando essas liberdades individuais substantivas estão ausentes em função da pobreza econômica, isso acaba por roubar das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso à água tratada ou saneamento básico. (SEN, 2010).

O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo e aperfeiçoamento de iniciativas. Tais oportunidades geram desenvolvimento às pessoas, desde que as mesmas tenham a condição de fazerem suas escolhas.

Hoje percebo que sem a minha formação não teria chances de comprar a minha casa e meu carro. Venho de uma família humilde e tenho a vida que tenho graças a presença da UFSC em Araranguá. (EGRESSO 01, 2020).

O EGRESSO 04 (2020) comenta que a UFSC mudou completamente sua vida. Além do grande desenvolvimento nas diversas áreas do setor econômico, atualmente consegue se diferenciar também pela sua excelente formação, pois foi devido a possibilidade de formação

continuada, que o mesmo consegue sustentar toda a sua família, gerando oportunidades aos irmãos que não poderiam jamais cursar uma universidade, se dependessem de suas condições financeiras.

A maioria dos entrevistados apontam que muitos dos egressos formados estão desenvolvendo atividades em empresas próprias e, alguns deles, passaram em concursos públicos (EGRESSO 02, 2019). A Universidade Federal de Santa Catarina proporcionou:

[...] uma formação, que por consequência, me proporcionou a entrada no mercado de trabalho. [...] Hoje estou bem empregado e possuo uma qualidade de vida bem superior a que eu tinha. Tive opções de escolha e, é claro, optei por aquela que mais me deixou feliz”. (EGRESSO 07, 2019).

Os mercados possuem papel fundamental no crescimento econômico e, conseqüentemente, no processo de desenvolvimento. Amartya Sen (2010) reconhece esse papel tão difundido no pensamento econômico e suas diferentes correntes. Entretanto, além de propiciar o aumento de renda, via crescimento econômico, o desenvolvimento deve levar, antes de qualquer coisa, à remoção da privação de liberdades: desenvolver é libertar da fome, da doença, da opressão, da falta de voz e da condição incapacitante quanto à reação e a capacidade de agir em prol do que se acredita.

A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes não necessita de justificção defensiva com relação a seus efeitos favoráveis mas distantes; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade (a menos que sejam impedidos por regulamentação ou decreto). A contribuição do mecanismo de mercado para o crescimento econômico é obviamente importante, mas vem depois do reconhecimento da importância direta da liberdade de troca – de palavras, bens, presentes. (SEN, 2010). O autor argumenta que a rejeição da liberdade de participar do mercado de trabalho, por exemplo, é uma forma de manter a sujeição e o cativo, implícito ou explícito, de mão de obra no nosso contexto contemporâneo. A liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social.

As privações das capacidades elementares são inúmeras: a morte prematura, a fome, o analfabetismo, a corrupção e outras deficiências. E ao conseguir retirar essas amarras, haverá uma expansão das liberdades substantivas dos indivíduos, tais como a saúde, a segurança, moradia, qualidade de vida etc.. E, por conseguinte, há o próprio desenvolvimento. (SEN, 2011).

**Oportunidades Sociais:** as disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde e outros serviços de caráter social influenciam na liberdade substantiva do indivíduo viver melhor. Sen (2010) afirma que se vive em um mundo repleto de privações, destituição e opressão. Existem problemas novos convivendo com os antigos – a persistência da pobreza e de necessidades essenciais não satisfeitas, fomes coletivas e fome crônica muito disseminadas, violação de liberdades políticas elementares e de liberdades formais básicas, ampla negligência diante dos interesses e da condição de agente das mulheres e ameaças cada vez mais graves ao nosso meio ambiente e à sustentabilidade de nossa vida econômica e social.

“Superar esses problemas é uma parte central do processo de desenvolvimento” (Sen, 2010, p.09). Para tanto, é necessário que se conheça o papel das diferentes formas de liberdade e de como os indivíduos podem assumir a condição de agentes na garantia das mesmas. Porém, acentua a interdependência entre a condição de agente individual e as disposições sociais, considerando a liberdade individual um comprometimento social. (SEN, 2010).

Pontuam-se, nas falas dos egressos entrevistados, algumas oportunidades sociais, oriundas da formação profissional da UFSC.

Estive presente nos primeiros anos da UFSC/Araranguá e houve uma mudança nas oportunidades para os munícipes da região da AMESC. Além da graduação, consegui continuar meus estudos dentro da universidade e atualmente estou fazendo doutorado. (EGRESSO 01, 2020).

Com meu diploma universitário consegui emprego facilmente. Pude conhecer pessoas em que me espelhei. Me tornei uma pessoa com mais vontade de crescer profissionalmente e nunca parar de adquirir conhecimentos. (EGRESSO 14, 2019).

A opção pela promoção da condição de agente implica o reconhecimento do potencial das pessoas e as condições de operar as suas próprias escolhas livremente e desenvolvê-las em vista de poder influenciar a formatação da arquitetura social por meio de efetivos instrumentos de participação e decisão. O exercício da liberdade, nessa concepção, adquire um significado social relevante e imprescindível para a atuação do cidadão na condição de agente integrado nos programas de transformação social. (SEN, 2011).

Os egressos ressaltam que vários dos seus colegas que moravam na região puderam cursar o ensino superior, graças ao ensino gratuito. Percebe-se, assim, que a consolidação do polo universitário favoreceu a formação e o potencial de empregabilidade dos residentes da região, fato este pontuado como o ponto chave para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Também, evidencia-se com as falas dos entrevistados, que os mesmos se sentem reconhecidos enquanto pessoas e profissionais após a formação acadêmica, exaltando assim, orgulho pela qualificação profissional e gratidão pelo ensino gratuito.

O auxílio e o amparo às pessoas que querem estudar e não possuem condições são primordiais. Somente a educação e o trabalho podem gerar um futuro melhor. (EGRESSO 01, 2020).

Na área que me formei estão constantemente ofertando vagas, às vezes em outras cidades próximas. Posso trabalhar de forma autônoma também, atendendo os pacientes em domicílio. Eu consegui emprego muito rápido e hoje me sinto valorizado por todos que precisam dos meus serviços. (EGRESSO 03, 2019).

Arranjos sociais para o provimento de educação, saúde, acesso à cultura e outros serviços sociais capacitantes foram citados nas entrevistas, ressaltando inúmeros benefícios e diferenciais da formação pública: currículo diferenciado, projetos de extensão voltados à comunidade e atendimento gratuito, participação em grupos de pesquisas com foco em temáticas para combater problemas regionais, potencialidade de exercer adequadamente a profissão etc.

Acredito que as políticas públicas são indispensáveis para o desenvolvimento regional. A partir de programas e ações criados pelo governo e com educação de qualidade, muitas pessoas que moram em regiões pobres, como a nossa, poderão garantir condições de vida melhores. Mudarão a realidade de suas vidas e de seus familiares, consequentemente melhorando a sociedade em que vivem. (EGRESSO 15, 2019).

Notória é a satisfação dos egressos, principalmente por terem uma formação gratuita e possibilitadora de uma grande mudança de vida. Em casos de egressos que vieram de famílias com condições de vida difíceis, deixaram claro a independência proporcionada por poderem construir suas vidas sem o auxílio financeiro de seus pais. Importante ressaltar também o papel instrumental da expansão de capacidades na geração da mudança social (indo muito além da mudança econômica). De fato, o papel dos seres humanos, mesmo como instrumentos de mudança, pode ir muito além da produção econômica (para a qual normalmente aponta a perspectiva do “capital humano”) e incluir o desenvolvimento social e político. (SEN, 2010).

Normas comuns podem influenciar características sociais como a igualdade entre os sexos, a natureza dos cuidados dispensados aos filhos, o tamanho da família e os padrões de fecundidade, o tratamento do meio ambiente e muitas outras” (SEN, 2010). Percebe-se o quanto os valores sociais e costumes influenciam na liberdade da qual as pessoas desfrutam e prezam.

Amartya Sen dá especial ênfase à educação enquanto liberdade instrumental que subsidia a participação. “Como a participação requer conhecimentos e um grau de instrução, negar a oportunidade da educação escolar a qualquer grupo é imediatamente contrário às condições fundamentais de liberdade” (SEN, 2010, p.51).

O auxílio e o amparo às pessoas que querem estudar e não possuem condições são primordiais. Eu não teria condições de cursar uma faculdade e, sem meu diploma, não teria tantas oportunidades na vida. Acredito que por morar em uma cidade pequena não teria as mesmas condições de vida. (EGRESSO 05, 2020).

Outro fato relacionado às oportunidades sociais está nas possibilidades de formação continuada, pontuada pela maioria dos entrevistados. Mestrados e Doutorados fazem parte das vivências acadêmicas da Graduação, instigando os formandos à continuidade da qualificação e aprimoramento dos seus currículos.

O Curso mudou a minha vida, não somente como profissional, mas como pessoa. A partir da realização do Curso pude compreender a vida de uma forma diferente, além de estar altamente qualificado para o mercado de trabalho. (EGRESSO 01, 2020).

Sen (2010) retrata a saúde, a educação e a seguridade social como relações instrumentais fundamentais para a existência digna da humanidade, uma possibilidade para que todos vivam melhor. Entretanto, a provisão das mesmas não constitui um fim por si só; essa provisão só adquire um real sentido quando tem como meta a expansão das capacidades e das liberdades das pessoas que, assim, passam a exercer a condição de agentes de mudanças. Garantir uma real e maior participação popular nas atividades econômicas e na vida política, através de instrução e informação, fará com que as pessoas estejam mais conscientes de seus direitos, deveres e modos de participação social.

***Garantias de Transparência:*** as garantias de transparência dizem respeito às necessidades de abertura que as pessoas podem esperar. Clareza, esclarecimento, informações acerca dos processos políticos e sociais. Tais garantias são importantes no combate à corrupção e gestão irresponsável por parte das lideranças políticas.

As disponibilidades econômicas e as garantias de transparência são tidas como complementares, especialmente em uma perspectiva de ética empresarial. Segundo estudos, empresas que prezam pela responsabilidade pública e pelos valores éticos nos negócios fazem

com que exista a transparência e essa acaba como um instrumento inibidor da corrupção e de um ambiente de confiança.

Por outro lado, as garantias de transparência constituem também uma via de acesso à equidade e eficiência dos serviços públicos e, portanto, redução na privação de outras liberdades instrumentais (ANDRADE *et al*, 2016). A confiança nos serviços públicos instiga maior participação da comunidade em políticas que exijam interação e contribuição, desde que apresentem credibilidade, elemento extremamente importante no processo decisório. De acordo com o EGRESSO 12 (2019):

[...] as ações e programas criados pelo governo e disseminadas pela UFSC demonstram claramente o objetivo de melhorar a região da AMESC. Ela (a UFSC) já faz parte da nossa região, pois constantemente implanta uma novidade em parceria com as empresas de Araranguá e dos municípios vizinhos.

O Egresso afirma que essas ações sempre estão pautadas na qualidade dos serviços e, também, na gratuidade dos serviços ofertados, sendo acessível a todos que possuem interesse. A melhora na saúde também é ponto destacado entre os entrevistados que dizem ter participado ativamente de ações sociais para atendimento da população da região:

ter participado destes projetos contribuiu ativamente na minha formação profissional e humana, pois me gerava uma satisfação muito grande em ajudar as pessoas e representar a minha Universidade. (EGRESSO 10, 2019).

As bolsas sociais também foram elencadas por alguns dos participantes que relataram terem aderido aos estudos de forma integral.

Algo muito importante que ocorreu na minha formação foi a possibilidade de ter ganhado uma bolsa de estudo integral, fazendo com que eu saísse melhor preparado da Universidade. Eu cumpria horas de estudo e pesquisa e sempre tentávamos, o grupo, desenvolver contribuições relevantes à sociedade. (EGRESSO 04, 2020).

Faz-se necessário considerar o relevante papel social das universidades federais. Considerando a sua missão de geração e disseminação do conhecimento e sua vocação como potencial gerador de transformações sociais, tornam-se relevantes as pesquisas nessa temática. Mais do que garantir o atendimento das normas legais, as iniciativas de transparência nas universidades públicas constituem igualmente uma política de gestão responsável que favorece o exercício da cidadania pela população. Potencialmente, a atitude poderá servir de estímulo

aos estudantes, professores e demais servidores, contribuindo para o hábito de solicitar esclarecimentos às entidades governamentais. (GAMA; RODRIGUES, 2016).

Com relação aos questionamentos sobre o acesso à informação e a gestão fiscal da UFSC todos afirmaram que não tiveram interesse pelos dados divulgados pela universidade, mas acreditavam serem dados disponíveis a todos.

Com a edição da Lei nº 12.527/11, a Lei de Acesso à Informação, o Brasil vivencia o início da implementação de uma política de acesso às informações públicas, instrumento de uma ampla política nacional com foco na transparência e no controle social dos atos públicos. O processo de convergência das normas contábeis aos padrões internacionais tem o mesmo objetivo, ou seja, de transparência na prestação de contas das informações governamentais, contábeis e financeiras. As universidades federais brasileiras, como entidades públicas, estão obrigadas a cumprir as regras de transparência e prestação de contas. (GAMA; RODRIGUES, 2016) .

Constatou-se durante a pesquisa, que poucos são os meios utilizados pelos egressos, durante e após a formação acadêmica, para conhecerem as políticas de transparência geradas por empresas públicas e privadas da região. Todavia, os mesmos pontuam a importância ao acesso à informação referente às contas públicas e citam, dentre elas, a contábil/financeira e orçamentária, permitindo à sociedade acompanhar os gestores na aplicação dos recursos públicos.

Ressalta-se na fala dos entrevistados que nunca foram instigados no decorrer da formação básica a acompanharem esses dados, tampouco a se posicionarem enquanto representantes da sociedade.

Entendo que é preciso o controle social, aquele exercido por cada pessoa, de forma individual ou coletivamente [...], mas, nunca tive o interesse de vasculhar nos meios de comunicação ou em outras plataformas as informações de interesse público sobre a UFSC (EGRESSO 08, 2020).

Contudo, sabem que a Universidade Federal de Santa Catarina possui a obrigatoriedade de apresentar informações mínimas aos cidadãos em seus portais eletrônicos e que essas informações estão vinculadas à transparência ativa, ou seja, a apresentação de forma clara, objetiva e espontânea, mas que em nenhum momento buscaram acompanhar tais dados.

As garantias de transparência, segundo Amartya Sen (2010), proporcionam uma relação de confiança na sociedade; e são inibidores da corrupção, da irresponsabilidade

financeira e transações ilícitas. Para isso, faz-se necessário comunicação e diálogos abertos, com discussões, críticas e dissenso aberto.

*Segurança Protetora:* existem quatro capacidades humanas consideradas elementares e que devem ser asseguradas ao indivíduo: ter uma vida longa e saudável; ser instruído; ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e; ser capaz de participar da vida em comunidade. Na ausência dessas quatro capacidades, todas as outras estão indisponíveis, tornando inacessíveis muitas oportunidades na vida das pessoas. (SEN, 2010).

Por melhor que funcione um sistema econômico, ou por mais rico que seja o Estado, alguns, ou muitos indivíduos, podem estar sucumbindo à beira da miséria, necessitando de auxílios para prover o que há de mais básico para a subsistência. A segurança protetora é justamente o sistema de proteção econômica àqueles que dela necessitam, materializando-se, principalmente, em serviços de previdência e assistência social, seguro-desemprego, e outras tantas formas de suplementar a renda daqueles que não a obtém de modo suficiente através das facilidades econômicas. (SEN, 2010).

Segundo o autor, a segurança protetora inclui disposições institucionais fixas, visando proporcionar uma rede de segurança social, impedindo que a população menos favorecida seja reduzida cada vez mais às misérias abjetas.

Das entrevistas realizadas apenas o Egresso 04 (2020) pontua fatores que fazem referência à segurança protetora, no que tange aos benefícios de bolsas e programas ofertados aos acadêmicos menos favorecidos economicamente. Bolsas institucionais são pontuadas como forma de oportunizar aperfeiçoamento profissional, mas são destinadas a todos os acadêmicos que tenham interesse em desenvolver estudos, pesquisas ou monitorias. Também são citadas as ações constantemente desenvolvidas pela universidade em parceria com instituições sociais locais, em benefício à comunidade.

Participamos ativamente das ações promovidas pela UFSC para atendimento à população local carente. Além do atendimento aos idosos, outros cursos possuem ações para diferentes públicos. São serviços gratuitos que beneficiam toda a região. (EGRESSO 04, 2020).

Os demais egressos afirmam que a UFSC possui programas que objetivam o atendimento às demandas sociais menos favorecidas economicamente, mas não explicitam de que forma isso pode estar relacionado com ações institucionais permanentes.

Cabe ressaltar, que a segurança protetora, no caso da UFSC, é enquadrada como forma permanente de ofertar à população o acesso ao ensino superior gratuito garantindo, assim, assistência ao desenvolvimento de capacidades essenciais para a autonomia e liberdade do indivíduo e, conseqüentemente, o desenvolvimento da região da AMESC.

Muitos serviços foram ampliados com a vinda da UFSC para Araranguá. Observei que muito se fala dos investimentos no setor da saúde e acredito que isso se deve a implantação do Curso de Medicina. Constantemente acompanho nos jornais notícias das parcerias da universidade com o governo municipal. Com certeza, já houve melhorias no setor (EGRESSO 01, 2020).

Percebe-se que os entrevistados reconhecem a importância da universidade para a geração de serviços e investimento nos setores públicos e privados. “Hoje Araranguá aparece como uma cidade universitária. Só se vê melhorias para a região, inclusive nos serviços essenciais destinados às pessoas: saúde, educação e emprego. Nos sentimos mais seguros com isso” (EGRESSO 07, 2019).

Por fim, destaca-se o papel da instrução e o acesso de grupos com menor renda ao ensino superior, ampliando-se o impacto sobre a capacidade de inclusão social e, conseqüentemente, a capacidade de livre agir do sujeito.

A análise considerou a perspectiva defendida por Sen (2010) enfatizando em seus estudos que os papéis instrumentais da liberdade incluem esses cinco componentes, na pesquisa denominados categorias, que interrelacionados, podem influenciar o desenvolvimento. Os fins e os meios do desenvolvimento exigem que a perspectiva da liberdade seja colocada no centro do palco. “Nessa perspectiva, as pessoas têm de ser vistas como ativamente envolvidas na conformação de seu próprio destino, e não apenas como beneficiárias passivas dos frutos de engenhosos programas de desenvolvimento”. (SEN, 2010, p. 77).

Além de fornecer subsídios e instrumentos para responder à questão do papel das instituições no processo de desenvolvimento, Sen (2010) postula que o valor das instituições em geral deve ser medido pela contribuição que estas podem prestar à ampliação das capacidades/liberdades dos indivíduos.

## 5 CONSIDERAÇÕES

O “Desenvolvimento como Liberdade”, teoria defendida por Amartya Sen, é bastante ampla e complexa, apresentando lacunas de aprofundamento e abrangência nos estudos organizacionais. A abordagem das capacidades, por ele desenvolvida, fornece diretrizes importantes para a concretização da promoção das capacidades humanas por parte do Estado.

A discussão acerca do papel das universidades no desenvolvimento regional é recente, mas atrai um número cada vez maior de simpatizantes às ideias que abordam a relação universidade e sociedade. Sabe-se que as mesmas são consideradas elementos-chave para o processo de desenvolvimento e, nos últimos anos, recebem forte atenção do governo na elaboração de políticas públicas que fomentem sua expansão.

A implantação de um polo da Universidade Federal de Santa Catarina no município de Araranguá representou para toda a região da AMESC uma possibilidade de desenvolvimento, neste estudo, entendido como a expansão das capacidades das pessoas para que sejam mais livres (liberdade substancial) para viver a vida escolhida por elas mesmas. Há uma via de mão dupla, em que as capacidades das pessoas são valorizadas e aumentadas pelas políticas públicas do Estado por um lado, e de outro as políticas públicas são influenciadas pelo uso efetivo das capacidades participativas das pessoas.

Procurando tecer uma reflexão sobre o desenvolvimento, segundo a concepção de Amartya Sen, pode-se afirmar que a expansão das capacidades das pessoas deve ser efetivada pelo Estado e pelas políticas públicas implementadas, para que as mesmas possam usufruir da liberdade de determinar o que é melhor para si e para a sociedade na qual estão inseridas. Liberdade como capacidade significa estar habilitado a funcionar, conduzir suas escolhas, construir sua identidade, estabelecer relações sociais, ser reconhecido como membro e participar da vida da sociedade.

Neste sentido, esta pesquisa teve por objetivo identificar as contribuições da instalação da Universidade Federal de Santa Catarina no desenvolvimento da região da AMESC, segundo a percepção de seus egressos. Tal compreensão pôde revelar elementos importantes para a tomada de decisões, sejam elas políticas, econômicas, culturais e/ou sociais.

A investigação acerca da compreensão do desenvolvimento social de uma região, oriundo das possibilidades geradas pela instalação de uma instituição de ensino superior, contribuiu muito aos estudos organizacionais, haja vista que os pressupostos teóricos-metodológicos adotadas no estudo trazem inovações bastante significativas, afastando-se da

concepção meramente utilitarista defendida por muitos autores, e tornando-a mais apta a corroborar com o desenvolvimento do ser humano de uma região.

A escolha pela região da AMESC se deu pelo fato de a pesquisadora ter acompanhado o processo de planejamento, implantação e funcionamento das atividades do *Campus*. É sabido também que a instalação da UFSC no sul do estado partiu de uma política de expansão do ensino superior federal, uma das motivações para analisar o contexto e a influência das políticas públicas no desenvolvimento da região.

Os dados coletados durante as entrevistas confirmam as contribuições da Universidade Federal de Santa Catarina no desenvolvimento da região da AMESC, com maior evidência ao associar os significados compartilhados, considerando as cinco categorias de análises das liberdades instrumentais defendidas por Sen (2010): Liberdades Políticas, Disponibilidade Econômicas, Oportunidades Sociais, Garantias de Transparência e Segurança Protetora.

Após análise dos dados, fora possível concluir que inúmeras capacidades, o que as pessoas podem fazer e ser (funcionamentos) e as oportunidades que dispõem de escolher e ter um tipo de vida ou de outro, foram possibilitadas e motivadas pela instalação da UFSC na região, bem como, a ideia de desenvolvimento de uma sociedade melhor e mais livre.

Vê-se, assim, distribuído posicionamentos dos entrevistados que, enquadrados nas cinco categorias de liberdades defendidas por Sen, são capazes de confirmar a existência do desenvolvimento da sociedade e, conseqüentemente, da região, após a instalação da universidade em Araranguá. O sentido de ter respeitada a oportunidade de alcançar, de escolher e ver as preferências respeitadas e reconhecidas é de grande valor para a condição humana. Expandir o conjunto de oportunidades – no sentido que aqui se apresenta – é um dos principais elementos para o desenvolvimento.

O desenvolvimento, na perspectiva de Sen, pode ser analisado quando a sociedade atinge determinadas liberdades substantivas, dentre elas, ampliação dos indicadores de alfabetização, cessar índices de desnutrição, participação na vida política, melhor qualidade de vida e possibilidades de escolhas, explicitados pelos profissionais formados pela UFSC no decorrer do estudo. Desse modo, vê-se a libertação do conceito de desenvolvimento das amarras puramente econômicas, vinculando-se assim, nas liberdades e potenciais adquiridos pelos egressos para buscarem melhores condições de vida para os mesmos, mediante o entendimento que cada sujeito possui do que é melhor para a sua vida.

Após o processo de enquadramento das respostas dos entrevistados nas cinco categorias de análise, verificou-se que as garantias de transparência e a segurança protetora

ficaram menos evidentes nas falas e posicionamentos dos participantes, fatores interessantes e passíveis de futuras avaliações. Todavia, algumas citações foram possíveis de serem captadas demonstrando, assim, capacidades adquiridas e que auxiliarão os egressos enquanto agentes do desenvolvimento.

Diante do que foi exposto na presente pesquisa, pôde-se compreender que os sujeitos participantes do estudo evidenciam o direito à promoção de suas capacidades, sejam pelas suas escolhas pessoais, sejam pela ação das políticas públicas a favor do exercício de suas liberdades. O ponto fundamental da concepção e das contribuições da UFSC para o desenvolvimento regional está contido nesta relação de liberdade e nas possibilidades de transformação dos hábitos pessoais e na expansão das capacidades humanas.

Importante ressaltar que nesta perspectiva de análise, Amartya Sen defende que as capacidades das pessoas não podem ser enumeradas, por se tratar de uma teoria a ser formada por uma série de combinações definidas por um mecanismo de funcionamento que deve ser considerado pelas próprias pessoas, pela sociedade e pelo estado. Sendo o conceito de desenvolvimento uma expansão das capacidades humanas e, relacionando esse conceito à felicidade, chega-se à ideia que a promoção das capacidades da pessoa, neste caso, os egressos formados pela UFSC, configurou-se em uma das contribuições essenciais da presença da universidade na região, alcançando o bem comum e o desenvolvimento humano e social.

Outro atributo conclusivo com relação ao desenvolvimento como liberdade é que essa abordagem pode ser vista como um método geral de avaliação de estratégias de desenvolvimento de instituições e políticas públicas. O foco da avaliação são as pessoas, consideradas sob o aspecto de suas liberdades. Nesse sentido, o método de Sen se distingue das abordagens mais tradicionais da avaliação social, sobretudo naquelas cujo foco recai sobre a renda, a riqueza e/ou outros meios de que as pessoas se utilizam para atingirem os seus objetivos.

No âmbito teórico do desenvolvimento como liberdade, a avaliação de uma política de desenvolvimento deve procurar medir os efeitos dessa política sobre a extensão das capacidades dos indivíduos, evidenciando-se em que condições se pode dizer que as pessoas estão ampliando e melhorando o seu funcionamento, em virtude da política em questão. Neste sentido, durante o estudo, buscou-se perceber as articulações existentes entre as políticas públicas educacionais implantadas na região da AMESC, identificando, assim, de que forma o seu papel instrumental está relacionado à ideia de liberdade enquanto um meio para a construção do desenvolvimento.

Sobre tal questão, os resultados revelam que os entrevistados reconhecem a importância da política pública educacional e das possibilidades oriundas do processo de formação profissional por entidades reconhecidas pela excelência do ensino. Todavia, evidenciam que por ser uma região interiorana e desfavorecida economicamente, muitas pessoas não conseguem ter a percepção que o desenvolvimento em si parte das buscas e mudanças pessoais, como tentativa de mudar um cenário cultural e social pouco expressivo nacionalmente.

Ao findar este estudo, algumas reflexões são tecidas quanto ao aprendizado adquirido ao longo de todo o processo de pesquisa, bem como o modo como se pode avaliar a efetiva contribuição do trabalho para a região em si e para o Programa de Mestrado em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Quando do início da definição do tema a ser estudado, uma das intenções quanto à contribuição empírica da pesquisa seria a possibilidade de verificar se os propósitos contidos nas diretrizes e ideologias das políticas públicas educacionais, na missão e valores disseminados pela instituição de ensino, objeto deste estudo, bem como, as contribuições que a mesma teve para o desenvolvimento da região da Amesc, poderiam estar relacionadas ao desenvolvimento das capacidades dos sujeitos residentes nos municípios da Amesc.

Os dados revelaram que a UFSC influenciou a identidade destes novos profissionais, que reconhecem mudanças no âmbito pessoal e possibilidades de escolhas para suas vidas. Outro aspecto a observar quanto à contribuição deste estudo para um contexto mais amplo, e que remete às possibilidades de pesquisas acerca do tema desenvolvimento como liberdade, é que o conceito defendido por Sen é pouco utilizado pelos estudos organizacionais, que trabalham, preponderantemente, com uma visão mais tradicional do conceito de desenvolvimento, pautado em métricas quantitativas e dados matemáticos.

Assumir uma nova postura requer um desafio. Inovar revela a importância de conhecer novos pontos de vista, de ângulos e percepções diferentes, sem perder o rigor teórico-metodológico que contribuem para o desenvolvimento da Ciência. Mas, acima de tudo, um novo posicionamento pode dar sua contribuição prática à sociedade.

Recomenda-se também, que novas pesquisas sejam realizadas no âmbito do “Desenvolvimento como Liberdade”, na busca por informações que possam contribuir à tomada de decisões, bem como, na elaboração de políticas que favoreçam a ampliação das capacidades dos indivíduos.

Por fim, a expansão da Universidade Federal de Santa Catarina configurou-se em uma grande contribuição para a sociedade, pela inclusão e democratização do ensino superior público.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, S.; PIRES, M.; FERRAZ, M. I.; PINHEIRO, M. M. Índice de Desenvolvimento como Liberdade: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Desenvolvimento em Questão**, Unijuí, v. 14, n. 34, p. 5-59, jan. 2016.
- ANDRADE, Arnaldo Rosa. A universidade como organização complexa. **Revista de Negócios**, Blumenau, v. 7, n. 3, p. 15-28, jul/set. 2002.
- ARBO, Peter; BENNEWORTH, Paul. Understanding the Regional Contribution of Higher Education Institutions: A Literature Review. **OECD Education Working**, Paris: OECD, v. 9, 2007.
- ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO EXTREMO SUL CATARINENSE. Disponível em: <https://www.amesc.com.br>. Acesso em: 24 out. 2019.
- AUDRETSCH, David; LEHMANN, Erik; WARNING, Susanne. University spillovers and new firm location. **Research Policy**, Elsevier, v. 34, p. 1113-1122, set. 2005.
- AUDY, Jorge. A inovação, o desenvolvimento e o papel da Universidade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 75-87, maio/ago. 2017.
- BANDEIRA, Pedro. **Participação, articulação de atores sociais e desenvolvimento regional**. Brasília: IPEA, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARNETT, R; GRIFFIN, A. **The End of Knowledge in Higher Education**. London: Cassell, 1997.
- BELTRÃO, Pedro Calderan. **Sociologia do Desenvolvimento**. Rio Grande do Sul: Globo, 1972.
- BENNEWORTH, P; NIETH, L. Universities and regional development in peripheral regions. **Universities and regional development in the periphery**. Abingdon, Oxon: Routledge, 2017.
- BLACKBURN, S. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BOISIER, S. Em Busca do Esquivo Desenvolvimento Regional: entre a Caixa-Preta e o Projeto Político. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 13, p. 111-143, junho. 1996.
- BOSI, A. *et al.* **A presença da universidade pública**. Disponível em: [http://www.fisica.uel.br/SBPC\\_LD/unipub.html](http://www.fisica.uel.br/SBPC_LD/unipub.html). Acesso em: 11 nov. 2018.
- BRAMWELL, A.; WOLFE, D. A. Universities and regional economic development: The entrepreneurial University of Waterloo. **Research policy**, v. 37, n. 8, p. 1175-1187, set. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. REUNI. Disponível em <<http://reuni.mec.gov.br>> Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm)>. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. **Lei 10.172, de 9 jan. 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, Seção 1, n. 7, p. 1, 10 jan. 2001.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O Conceito Histórico de Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf> Acesso: 24 out. 2019.

BREZNITZ, S. M.; FELDMAN, M. P. The engaged university. **Journal of Technology Transfer**, USA, v. 37, n. 2, p. 139 - 157, 2012.

BUARQUE, Sérgio C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

CABUGUEIRA, A. C. C. M. Do Desenvolvimento Regional ao Desenvolvimento Local: Análise de Alguns Aspectos de Política Econômica Regional. **Gestão e Desenvolvimento**, Unijuí, v. 9, p. 103-163, 2000.

CARTIBANI, M. **Reflexões sobre relações universidade e região**. Salvador, 2004. Disponível em: <[http://www.faced.ufba.br/~dept02/repege/revista\\_repege/univer\\_regiao.htm](http://www.faced.ufba.br/~dept02/repege/revista_repege/univer_regiao.htm)> Acesso em: 5 nov. 2018.

CHARLES, D. Universities and Territorial Development: Reshaping the Regional Role of UK Universities. **Local Economy**, 18, p. 7-20, 2003.

CHARLES, D. Universities as key knowledge infrastructures in regional innovation systems. **Innovation**, p. 117-130, 2006.

CHATTERTON, P; GODDARD, J. The response of higher education institutions to regional needs. **European Journal of Education**, p. 475-496, 2000.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, n. 24, p. 5-15, set/dez. 2003.

CHIARELLO, Ilze Salete. A Universidade e seu papel no desenvolvimento regional: contribuições do PROESDE. **Extensão em Foco**, Caçador, v. 3, n. 1, p. 240-257, out. 2015. Disponível em: <<http://www.periodicosuniarp.com.br/extensao/article/view/774/346>>. Acesso em: 21 maio 2018.

CHIARINI, Tulio; VIEIRA, Karina Pereira. Universidades como Produtoras de Conhecimento para o Desenvolvimento Econômico: Sistema Superior de Ensino e as Políticas

de CT&I. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 66, n. 1, p. 117-132, jan./mar. 2012. Disponível em: [www.scielo.br/pdf/rbe/v66n1/v66n1a06.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rbe/v66n1/v66n1a06.pdf). Acesso em: 10 mar. 2019.

CLARK, B. **Creating Entrepreneurial Universities: Organizational Pathways of Transformation**. New York: Elsevier, 1998.

CONTERATO, Marcelo Antônio. FILLIPI, Eduardo. **Teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

COOKE P. Regional innovation systems: Competitive regulation in the new Europe. **Geoforum**, v. 23, n. 3, p. 365–382, 1992.

COOKE, P.; HEIDENREICH, M.; BRACZYK, H. Regional innovation systems: an evolutionary approach. In: P. Cooke, M. Heidenreich, H. Braczyk (eds.). **Regional innovation systems: The role of governance in a globalized world**. London: Routledge, 2004, p. 1-18.

CORRÊA, José Carlos Severo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima; KIST, Rosane Bernardete Brochier. SOBRE O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: NOTAS PARA DEBATE. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S.l.], v. 15, n. 7, dez. 2019. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/5255>. Acesso em: 22 jan. 2021.

CUNHA, A. M.; SIMÕES, R. F.; PAULA, J. A. **Regionalização e história: uma contribuição introdutória ao debate teórico-metodológico**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2005.

DELANTY, G. The university and modernity: a history of the present, in *The Virtual University: Knowledge, Markets and Management*, eds. K. Robins and F. Webster, Oxford University Press, Oxford, 2002.

DRUCKER, J.; GOLDSTEIN, H. Assessing the regional economic development impacts of universities: A review of current approaches. **International Regional Science Review**, v. 30, p. 20-46, 2007.

ENSSLIN, S. *et al.* Processo de mapeamento das publicações científicas de um tema: portfólio bibliográfico e análise bibliométrica sobre avaliação de desempenho de cooperativas de produção agropecuária. **Rev. Econ. Sociol. Rural [online]**, v.52, n.3, p. 587-608, 2014.

ESCOBAR, A. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. **Políticas de economía, ambiente y sociedad y tiempos de globalización**. Universidad Central de Venezuela, Caracas, p. 17-31, 2005.

ESTEVAM, Dimas de Oliveira; JORGE, Tiago Pereira; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Características socioeconômicas da região do extremo sul catarinense: uma análise entre o rural e o urbano. **Revista NECAT**, Criciúma, n. 6, p. 31-56, 2014.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from National Systems and “Mode 2” to a Triple Helix of university-industry-government relations. **Research Policy**, n. 29, p. 109-123, 2000.

ETZKOWITZ, H. **Entrepreneurial scientists and entrepreneurial universities in American academic science**. *Minerva*, 1983. p. 198-233.

FELDMAN, M. **The Locational Dynamics of the US Biotech Industry: Knowledge Externalities and the Anchor Hypothesis**. *Industry and Innovation*, 2003. p. 311-328.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANTZ, Walter. **Sociologia do desenvolvimento I**. Ijuí: Unijuí, 2010.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação**, 2002. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 17 jul. 2018.

FONGWA, N.S.; MARAIS, L. University, Knowledge and Regional Development: Factors Affecting Knowledge Transfer in a Developing Region. **África Education Review**, p. 191-210, 2016.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

\_\_\_\_\_. **O capitalismo global**. 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1998.

\_\_\_\_\_. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

\_\_\_\_\_. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GAMA, Janyluce Rezende; RODRIGUES, Georgete Medleg. Transparência e acesso à informação: um estudo da demanda por informações contábeis nas universidades federais brasileiras. **Transinformação** [online], v. 28, n.1, p. 47-58, 2016.

GARLICK, S. **Creative associations in special places: Enhancing the role of universities in building competitive regional economies**. Austrália: Canberra, 1998.

GIBBONS, M.; LIMOGE, C.; NOWOTNY, H.; SCHWATZMAN, S.; SCOTT, P; TROW, M. **The New Production of Knowledge**. London: Sage, 1994.

GODDARD, J; PUUKKA, J. The engagement of higher education institutions in regional development: An overview of the opportunities and challenges. **Higher Education Management and Policy**, p. 3-33, 2008.

GODDARD, J.; CHARLES, D.; PIKE, A.; POTTS, G.; Bradley, D. **Universities and Communities, Committee of Vice-Chancellors and Principals**. London, 1994.

GODDARD, J. B.; CHATTERTON, P. Regional Development Agencies and the Knowledge Economy: Harnessing the Potential of Universities. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 17, n. 6, p. 685 - 699, dez. 1999.

GODDARD, John. The Response of Higher Education Institutions to Regional Needs. **European Journal of Education**. v. 35, p. 475-496, 2000.

GODDARD, J. B. **Supporting the Contribution of HEIs to Regional Development: Project Overview**. Paper presented to OECD IMHE Supporting the Contribution conference, Paris, 2005.

GODDARD, John. Universities, technology and innovation centres and regional development: The case of the North-East of England. **Cambridge Journal of Economics**, v. 36, p. 609-627, 2012.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais**. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOLDSTEIN, H. A.; GLASER, K. Research universities as actors in the governance of local and regional development. **Journal of Technology Transfer**, v. 37, p. 158-174, 2012.

GONZÁLEZ, Rey. **Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação**. São Paulo: Thomson, 2005.

GRIMALDI, R; KENNEY, M; SIEGEL, D. et al. 30 years after Bayh-Dole: Reassessing academic entrepreneurship. **Research Policy**, p. 1045 - 1057, 2011.

GUMBOWSKY, A. Instituições de Ensino Superior Fundacionais do Estado de Santa Catarina: Compromissos com o Desenvolvimento Regional. **Revista Univap**, 2015.

GUNASEKARA, C. Reframing the role of universities in the development of regional innovation systems. **The Journal of Technology Transfer**, New York, v. 31, n. 1, p. 101-113, 2006.

GUNASEKARA, C. The third role of Australian universities in human capital formation. **Journal of Higher Education Policy and Management**, p. 329 – 343, 2004.

HARRISON, J.; TUROK, I. Universities, knowledge and regional development. **Regional Studies**, v. 51, p. 977-981, 2017.

HIRSCHMAN, A. O. The Rise and Decline of Development Economics. In Hirschman, A. O. **Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

HOFF, Débora Nayar; PEREIRA, Camila Amaral; DE PAULA, Luis Gustavo Nascimento. O impacto da universidade pública no desenvolvimento regional sob a luz da literatura internacional. **Redes (Santa Cruz do Sul. Online)**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, p. 510-527, dez. 2016. ISSN 1982-6745. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/5915>>. Acesso em: 25 out. 2019. doi:<https://doi.org/10.17058/redes.v22i1.5915>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Brasil: Censo 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/ararangua/panorama>. Acesso em: 19 Jan. 2021.

KANG, Thomas H.. Justiça e desenvolvimento no pensamento de Amartya Sen. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo , v. 31, n. 3, p. 352-369, set. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-31572011000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572011000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso: 24 Out. 2019.

KARLSEN, J. When regional development becomes an institutional responsibility for universities: The need for a discussion about knowledge construction in relation to universities' third role. **AI and Society**, p. 500-510, 2005.

KEANE, J.; ALLISON, J. The Intersection of the Learning Region and local and Regional Economic Development: Analysing the Role of Higher Education. **Regional Studies**, v. 33, p. 896-902, 1999.

LINS, Hoyêdo N.; SANTOS, Lincon Coelho. Processos econômicos recentes no extremo sul de Santa Catarina: um ensaio. **Textos de Economia**. Florianópolis, v.16, p. 36 – 67, 2013.

LUCAS, R. E. On the Mechanics of Economic Development. **Journal of Monetary Economics**, v. 22, n. 1, p. 3 - 42, jul. 1988.

MARIN, S. **Karl Popper e Amartya Sen: temas para pensar e intervenção social e desenvolvimento humano**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em: <[http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/18286/Tese%20\(Marin,%20Solange\).pdf?sequence=1](http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/18286/Tese%20(Marin,%20Solange).pdf?sequence=1)>. Acesso: 23 ago. 2019.

MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cad. Pesqui.**, São Paulo , v. 36, n. 129, p. 637-651, dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742006000300007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742006000300007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 Out. 2019.

MEIER, G.; SEERS, D. **Pioneers in Development**. New York: Oxford University Press, 1984.

MILANI, Carlos. Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas. In: **Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia**. Salvador, Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

MORAES, F.F. de. Universidade, inovação e impacto socioeconômico. **Perspectivas**, São Paulo, v. 14. n. 3, jul/set. 2000.

NIEDERLE, Paulo André; RADOMSKY, Guilherme Francisco Waterloo. **Introdução às teorias do desenvolvimento**. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

NOWOTNY, H.; SCOTT, P.; GIBBONS, M. **Re-Thinking Science: Knowledge and the Public in an Age of Uncertainty**. Polity, 2001.

OCDE – ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Relatório da participação do estado do Paraná no projeto OCDE: apoio das instituições de ensino superior ao desenvolvimento regional**. Curitiba: OCDE, ago. 2007.

OLIVEIRA, V. L. Liberdade e poder em Amartya Sen: uma leitura crítica. **Desenvolvimento em questão**, Rio Grande do Sul, n. 9, jan/jun. 2007.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37- 48, maio/ago. 2002.

PETITINGA, C. S. **Mais Definições em Trânsito. Desenvolvimento Local**. Bahia, Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2006.

PIMENTA, C. A. M. . Tendências do desenvolvimento: elementos para reflexão sobre as dimensões sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 10, p. 44 - 66, 2014.

PINHEIRO, R. Knowledge and the ‘Europe of the regions’: The case of the High North. In **National Higher Education Reforms in a European Context: Comparative Reflections on Poland and Norway**. Peter Lang Publishing Group, p. 179-208, 2012.

PNUD BRASIL. Desenvolvimento Humano e IDH. Disponível em <http://www.pnud.org.br/idh/>. Acesso em: 27 jul. 2019.

RAJ, D. **Development Economics**. Princeton: Princeton University Press, 1988.

ROBINS, K.; WEBSTER, F. **The Virtual University: Knowledge, Markets and Management**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

ROLIM, Cássio F. C.; SERRA, Maurício Aguiar. **Universidade e desenvolvimento regional: O apoio das Instituições de Ensino Superior ao Desenvolvimento Regional**. Curitiba: Juruá, 2010.

ROSTOW, W. W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1961.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2010.

SANTOS, E.; BRAGA, V.; SANTOS, R.; BRAGA, A. Desenvolvimento: um conceito em construção. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 2, n. 1, p. 44-61, 31 jul. 2012.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEBRAE. **Santa Catarina em Números**. Santa Catarina. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **A ideia de Justiça**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. Estado, reformas e desenvolvimento: o desenvolvimento como expansão de capacidades. In: **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, abr. 1993. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451993000100016>. Acesso: 10 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Desigualdade Reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA (EM MEMÓRIA), D.; NELSON, A.; SILVA, M. Do Desenvolvimento como Crescimento Econômico ao Desenvolvimento como Liberdade: A Evolução de um Conceito. **Desenvolvimento em Questão**, v. 16, n. 42, p. 42-71, 29 dez. 2017.

SHATTOCK, M. *Managing successful universities: society for research into Higher Education*. Glasgow: Open University Press; Bell & Bain Ltd, 2003.

SOTARAUTA, Markku. Shared leadership and dynamic capabilities in regional development. In: SAGAN, Iwona; HALKIER, Henrik (Ed.). **Regionalism contested: institution, society and governance**. Ashgate: Cornwall, 2005. p. 1-21.

SOUZA, M. I. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

TAPIA, Jorge. R. B. Desenvolvimento local, concentração social e governança: a experiência dos pactos territoriais na Itália. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 132 - 139, jan./mar. 2005.

TREVISOL, J. V.; NIEROTKA, R. L. Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência. **Ver. Katálisys**, Florianópolis, v. 19, n. 1, jan./jun. 2016.

TRIPPL, M.; SINOZIC, T.; LAWTON SMITH, H. The Role of Universities in Regional Development: Conceptual Models and Policy Institutions in the UK, Sweden and Austria. **European Planning Studies**, p. 1722 - 1740, 2015.

UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA. **Biblioteca universitária**. [Tubarão, 2019]. Disponível em: <http://www.unisul.br/biblioteca>. Acesso em: 29 out. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Missão da UFSC. 2018. Disponível em: <http://ararangua.ufsc.br/missao-da-ufsc/>. Acesso em: 15 abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Disponível em: <https://ararangua.ufsc.br>. Acesso em: 24 de out. 2019.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 1990**. Oxford: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr1990/chapters/>. Acesso em: 25 mar. 2018.

UYARRA, E., Conceptualizing the regional roles of universities, implications and contradictions. **European Planning Studies**, p. 1227-1246, 2010.

VASCONCELLOS, Marco A.; GARCIA, Manuel E. **Fundamentos de economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

VÁZQUEZ BARQUERO, Antônio. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

VEENHOVEN, Ruut. The four qualities of life. **Journal of happiness Studies**, v. 1, p. 1-39, 2000.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

YIN, R. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 5. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, R. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.

ZAMBAM, Neuro José; KUJAWA, Henrique Aniceto. As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social/Public policies in Amartya Sen: agent condition and social freedom. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 60-85, mar. 2017. ISSN 2238-0604. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1486>. Acesso em: 04 fev. 2019.

ZAMBAM, Neuro José. **Estudos sobre Amartya Sen: pesquisa e repercussão social**. Erechim: Deviant, 2018.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA**

---

1) O Curso que você fez possibilitou uma preparação adequada/capacitação para a atuação profissional na sociedade?

---

2) O Curso que você fez na UFSC interferiu/mudou a tua vida?

---

3) A presença da UFSC na região da Amesc gerou desenvolvimento para a sociedade?

---

4) Quais aspectos poderiam ser citados com relação as mudanças geradas pela instalação da UFSC em Araranguá?

---

5) Durante o período de formação, você participou de projetos, programas ou eventos do Curso ou da Instituição?

---

6) O curso superior que você fez possibilitou interferência na melhoria de vida de mais pessoas próximas de você (familiares, amigos, vizinhos, etc.)?

---

7) Você se considera realizado com as oportunidades geradas por intermédio da sua qualificação profissional?

---

8) Se você não tivesse passado pela formação da UFSC, hoje você teria as mesmas condições de vida? Por quê?

---

9) Você escolheu a profissão que sonhou ter? Se sente realizado (a)?

---

10) Você acredita que as políticas públicas educacionais são requisitos necessários ao desenvolvimento regional? Por quê?

---

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_,  
RG \_\_\_\_\_, estou sendo convidado (a) a participar de um estudo denominado *Contribuições de uma IES pública no desenvolvimento social da região da AMESC, na percepção de seus Egressos*, cujos objetivos são: Identificar as demandas sociais que levaram a UFSC a se instalar na região da AMESC; Caracterizar as contribuições de uma IES Pública no desenvolvimento social de uma região, segundo a percepção dos seus Egressos; e, Compreender as contribuições de uma IES Pública no desenvolvimento social de uma região.

A minha participação no referido estudo será no sentido de responder aos questionamentos de uma entrevista, a ser realizada pela mestrandia Pricila Cardoso Borba, do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL).

Recebi os esclarecimentos necessários à realização da entrevista e estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado (a) de que posso me recusar a participar do estudo ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, não sofrendo quaisquer prejuízos. É garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo em comento.

Enfim, tendo sido orientado (a) quanto ao teor da minha participação e aos objetivos do estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Em caso de reclamação ou qualquer tipo de denúncia sobre este estudo devo ligar para o PPGA UNISUL (48) 3279-1932 ou mandar um *e-mail* para [ppga@unisul.br](mailto:ppga@unisul.br).

Araranguá, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2019.

*Nome e assinatura do sujeito da pesquisa*

*Nome e assinatura da pesquisadora responsável*